



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 10 DE ABRIL DE 2019 EM ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (ICVM 481/09) E INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2009 (CVM 480/09).**

Statkraft Energias Renováveis S.A.  
02 abril 2019



# Statkraft

## Índice

1.	RELATÓRIOS DISPONIBILIZADOS AOS ACIONISTAS .....	3
1.1	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (INCISOS I E II DO ARTIGO 9º DA ICVM 481/09)..	3
1.2	COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (INCISO III DO ARTIGO 9º DA ICVM 481/09) .....	3
1.3	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES (INCISO IV DO ARTIGO 9º DA ICVM 481/09) .....	3
1.4	PARECER DO CONSELHO FISCAL, INCLUSIVE VOTOS DISSIDENTES, SE HOUVER.....	3
1.5	§ 1º DO ARTIGO 9º - INCISO I – FORMULÁRIO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS (DFP) 3	
1.6	§ 1º DO ARTIGO 9º - INCISO II – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO QUE CONTENHA, NO MÍNIMO, AS INFORMAÇÕES INDICADAS NO ANEXO 9-1-II DA ICVM 481/09. ....	4
1.7	§ 1º DO ARTIGO 9º - INCISO III – PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA, SE HOUVER. ....	6
2.	INFORMAÇÕES SOBRE AS MATÉRIAS A SEREM EXAMINADAS E DISCUTIDAS .....	9
2.1	EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA .....	9
2.1.1	APRECIAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E EXAMINAR, DISCUTIR E DELIBERAR ACERCA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016; .....	9
2.1.2	APRECIAR A PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016;.....	9
2.1.3	PROPOSTA DE ELEIÇÃO/RECONDUÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL .....	10
2.1.3.1	CONSELHO FISCAL.....	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
2.2	EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA .....	11
2.2.1	APRECIAR A PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO GLOBAL ANUAL DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA.....	11
2.2.2	ELEIÇÃO OU RECONDUÇÃO DE MANDATO, POR MAIS 01 ANO, DOS MEMBROS DOS “COMITÊS DE ASSESSORAMENTO” DA COMPANHIA.....	12

## **1. Relatórios disponibilizados aos Acionistas**

Segundo o artigo 9º da ICVM 481/09 a Companhia deve fornecer, aos acionistas da Companhia, os documentos listados a seguir.

A Statkraft está enquadrada no §4º do art.133 da Lei nº 6.404/76, estando à totalidade dos acionistas reunidos na Assembleia-geral, assim encontra-se "sanada a falta de publicação dos anúncios ou a inobservância dos prazos referidos neste artigo", entretanto, mantendo a obrigatoriedade da publicação da Proposta da Administração no sistema IPE, que deverá ocorrer antes da realização da reunião da Assembleia Geral Ordinária.

### **1.1 Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Incisos I e II do artigo 9ª da ICVM 481/09)**

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social 2018 foram arquivados na CVM e BM&FBOVESPA no dia 13 de março de 2019 e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e Notícias do Dia no dia 21 de março de 2019. Tais documentos também estão disponíveis no site da Companhia no endereço: [www.statkraft.com.br](http://www.statkraft.com.br).

### **1.2 Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência (Inciso III do artigo 9º da ICVM 481/09)**

As informações referentes ao comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia estão disponíveis no anexo I da presente Proposta.

### **1.3 Relatório dos Auditores Independentes (Inciso IV do artigo 9º da ICVM 481/09)**

O Relatório dos Auditores Independentes está contemplado nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

### **1.4 Parecer do Conselho Fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver**

O Parecer do Conselho Fiscal está contemplado nas Demonstrações Contábeis da Companhia, ressaltando que não houve votos dissidentes.

### **1.5 § 1º do artigo 9º - Inciso I – Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP)**

O formulário DFP foi entregue pela Companhia no dia 13 de março 2019, na mesma data de entrega do Relatório da Administração.

**1.6 § 1º do artigo 9º - Inciso II – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo 9-1-II da ICVM 481/09.**

**1. Informar o Lucro Líquido do Exercício**

O lucro líquido da Companhia foi de R\$ 74.632 mil em 31 de dezembro de 2018.

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido, após a apropriação da reserva de lucros.

A Administração irá propor distribuir dividendos totais de 25% do valor do lucro líquido. O montante a pagar será de R\$ 17.725 mil, que corresponde a R\$ 0,081170425 por ação cuja data de pagamento foi 12 de março de 2019.

**3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

O montante total distribuído corresponderá a 25% do lucro líquido, descontada a constituição da reserva legal.

**4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

A Administração irá propor distribuir dividendos sobre o resultado do exercício de 2018. O montante total a pagar será de R\$ 70.901 mil, correspondente a R\$ 0,3246817. A parcela correspondente ao mínimo obrigatório foi paga em 12 de março de 2019, sendo que a parcela restante será paga conforme disponibilidade de caixa da Companhia.

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

**a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

O saldo previsto para pagamento é de R\$ 70.901 mil, correspondente a R\$ 0,3246817 por ação ordinária. A parcela correspondente aos dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,081170425 por ação) foi paga no dia 12 de março de 2019, sendo que a parcela restante será paga conforme disponibilidade de caixa da Companhia.

**b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

A parcela correspondente aos dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,081170425 por ação) foi paga no dia 12 de março de 2019, sendo que a parcela restante será paga conforme disponibilidade de caixa da Companhia.

**c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio**

Não se aplica.

**d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

A data será definida pelo Conselho de Administração após as deliberações da Assembleia Geral Ordinária que está prevista para 11 de abril de 2019.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

**a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Não há.

**b) Informar a data dos respectivos pagamentos**

Não há.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

**a) Lucro líquido do exercício e dos 03 (três) exercícios anteriores**

**i) Lucro (prejuízo) do exercício por ação – R\$**

2018	2017	2016
0,00051	0,00006	(0,00011)

**ii) Lucro (prejuízo) do exercício por lote de mil ações – R\$**

2018	2017	2016
0,50825	0,05861	(0,10738)

**b) Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

2018	2017	2016
R\$ 23.312 mil	-	-

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

**a) Identificar o montante destinado à reserva legal**

O montante destinado à reserva legal foi de R\$ 3.732 mil.

**b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**



A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

**a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**

Não se aplica.

**b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**

Não se aplica.

**c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**

Não se aplica.

**d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**

Não se aplica.

**e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não se aplica.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório**

**a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado;
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

**b) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Está previsto pagamento integral dos dividendos mínimos obrigatórios

**c) Informar o montante eventual retido**

Não se aplica.

---

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

**a) Informar o montante da retenção**

Não se aplica.

**b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**

Não se aplica.

**c) Justificar a retenção dos dividendos**

Não se aplica.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

**a) Identificar o montante de resultado destinado à reserva**

Não se aplica.

**b) Identificar a perda considerada provável e sua causa**

Não se aplica.

**c) Explicar porque a perda foi considerada provável**

Não se aplica.

**d) Explicar porque a perda foi considerada provável**

Não se aplica.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

**a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

Não se aplica.

**b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não se aplica.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

**a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

.....

Não se aplica, dado que não serão constituídas reservas estatutárias.

**b) Identificar o montante destinado à reserva**

Não se aplica.

**c) Descrever como o montante foi calculado**

Não se aplica.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

**a) Identificar o montante da retenção**

Não se aplica.

**b) Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não se aplica.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

**a) Informar o montante destinado à reserva**

Não se aplica.

**b) Explicar a natureza da destinação**

Não se aplica.

**1.7 § 1º do artigo 9º - Inciso III – Parecer do comitê de auditoria, se houver.**

O Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças reunido no dia 07 de março de 2019 recomendou ao Conselho da Administração, as Demonstrações Contábeis da Companhia do ano de 2018.



## 2. Informações sobre as matérias a serem examinadas e discutidas

### 2.1 Em Assembleia Geral Ordinária

#### 2.1.1 Apreciar as contas dos administradores, o Relatório da Administração e examinar, discutir e deliberar acerca do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018;

O Relatório da Administração contém informações sobre a conjuntura macroeconômica e o desempenho financeiro e das operações da Statkraft.

As Demonstrações Financeiras foram arquivadas na CVM e BM&FBOVEPSA no dia 13 de março de 2019 e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e Notícias do Dia em 21 de março de 2019. Tais documentos também estão disponíveis no site da Companhia no endereço: [www.statkraft.com.br](http://www.statkraft.com.br)

Tais análises demonstram a situação econômico-financeira da Statkraft e evoluções da situação patrimonial ocorridas no exercício social. Dessa forma, é possível avaliar também os índices de liquidez e de lucratividade e o grau de endividamento da Statkraft.

#### Proposta da Administração

A administração propõe que os acionistas examinem com cuidado todos os documentos disponibilizados pela administração e aprovelem as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras.

#### 2.1.2 Apreciar a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;

De acordo com o artigo 19, inciso XXII do Estatuto Social, o Conselho de Administração deliberará sobre a proposta de apropriação do lucro líquido do exercício para posterior aprovação na Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária da Companhia.

**Passo 1** - Definições sobre os Dividendos Mínimos a serem distribuídos de acordo com os Estatutos da SKER:

<i>Amounts in BRL</i>	
Net profit period 2018	74.632.597,98
Legal reserv account (5%)	(3.731.629,90)
Calculation basis for statutory minimum dividends	70.900.968,08
<b>Statutory minimum dividends (25%)</b>	<b>17.725.242,02</b>
<hr/>	
<i>S tatkraft Investimentos Ltda (81,307889%)</i>	<i>14.412.020,11</i>
<i>FUNCEF (18,692111%)</i>	<i>3.313.221,91</i>

Os dividendos a serem pagos a FUNCEF, no montante de R\$ 3,3 milhões, serão compensados com saldo em aberto com a SKER, que em dezembro/2018 somavam o valor de R\$ 2,3 milhões. Dessa forma, a FUNCEF receberá o valor líquido aproximado de R\$ 1,1 milhão.

**Passo 2** - Definições de Dividendos Adicionais a serem distribuídos de acordo com a proposta da Administração SKER:

O lucro líquido de R\$ 74,6 milhões em 2018, apurado pela SKER, permite a distribuição de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório. O montante de dividendos adicionais a serem distribuídos refere-se ao resultado acumulado em 2018, reduzidas da conta de reserva legal e dividendos mínimos legais distribuídos. A proposta da administração é de destinar o pagamento do montante de R\$ 53,2 milhões, estando este sujeito à disponibilidade de caixa da Companhia.

<i>Amounts in BRL</i>	
Net profit period 2018	74.632.597,98
Legal reserv account (5%)	(3.731.629,90)
Statutory minimum dividends (25%)	(17.725.242,02)
<b>Additional Dividends to be distributed</b>	<b>53.175.726,06</b>
<hr/>	
<i>Statkraft Investimentos Ltda (81,307889%)</i>	<i>43.236.060,32</i>
<i>FUNCEF (18,692111%)</i>	<i>9.939.665,74</i>

## Proposta da Administração

Tendo em vista o lucro realizado no exercício 2018, o valor será pago aos acionistas nos termos acima mencionados.

### 2.1.3 Proposta de recondução dos membros do Conselho Fiscal

Nosso acionista Statkraft Investimentos Ltda reconduzirá **EMANUELA ROGGIA** e **MARCOS BETT PAGANI**, para o cargo de membros titulares do Conselho Fiscal da Companhia; **PAULA BEATRIZ CERQUEIRA LEITE**, para o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia.

Nosso acionista FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais reconduzirá **PAULO ANDRES SIQUEIRA** para o cargo de membro titular do Conselho Fiscal da Companhia.

As informações dos itens 12.5 a 12.7 do Formulário de Referência, conforme instrução CVM Nº 480/2009, estão incluídas no anexo III dessa Proposta.

## 2.2 Em Assembleia Geral Extraordinária

### 2.2.1 Apreciar a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia

De acordo com o artigo 11, parágrafo único, item X, do Estatuto Social, compete à Assembleia Geral de Acionistas fixar a remuneração global dos Conselheiros Estatutários, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A fim de garantir a igualdade interna, a porcentagem proposta para ajustes salariais será definida de acordo com o ajuste salarial dos empregados como resultado das negociações sindicais.

Como referência para fins orçamentários, a porcentagem proposta considera o mínimo de 4% até o máximo de 5%, o que será a mesma estratégia adotada para negociações sindicais para outros funcionários.

#### **Proposta da Administração**

Portanto, para o período de 1º de maio de 2019 até 30 de abril de 2020, período estimado entre a Assembleia Geral Ordinária, o montante total da remuneração dos Diretores (não incluindo o Programa Bônus), incluindo o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, é BRL 6.903.500,47, com base no ajuste máximo de 5%. Os números totais incluem contribuições propostas para o INSS pago pelo empregador e reconhecidas no resultado, pagamento do 13º salário em dezembro.

De acordo com o artigo 19, inciso XXI do Estatuto Social, o Conselho de Administração deliberará sobre a distribuição da remuneração global estabelecida pela Assembleia Geral.

Nossa política de remuneração é assim expressa:

O Conselho Fiscal é composto de três membros titulares e três suplentes, e recebe doze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2019 a 30 de abril de 2020 a verba anual prevista é R\$ 77.686,85, incluída a contribuição patronal à previdência social. Os membros indicados pelo acionista Statkraft não são remunerados.

O Conselho de Administração é composto por cinco membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2019 a 30 de abril de 2020 a verba anual prevista é R\$ 400.105,44, incluída a contribuição patronal à previdência social. Os membros indicados pelo acionista Statkraft não são remunerados.

A Diretoria Estatutária da companhia é composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores e demais Diretores sem denominação específica. Recebe treze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2019 a 30 de abril de 2020 a verba anual prevista é R\$ 6.425.708,18, incluída a contribuição patronal à previdência social, além de benefícios.

A remuneração para o período entre as AGOs está demonstrada no item 13.16 do anexo II.

---

## **2.2.2 Eleição ou recondução de mandato, por mais 01 ano, dos membros dos “Comitês de Assessoramento” da Companhia**

A composição dos comitês de assessoramento da Statkraft será composta por: (i) Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças: Kjersti Rønningen, Laurent Gonzalo (suplente), Paulo Andrés Siqueira e Sergio Bonomini (suplente); (ii) Comitê de Recursos Humanos e Remuneração: Merve Ergün, Roxana Eyzaguirre (suplente), Paulo Andres Siqueira e Andrei Angelo Busanello (suplente); e (iii) Comitê de Investimentos: Austin Laine Powell, Simen Braein (suplente), Andrei Angelo Busanello e Paulo Andres Siqueira (suplente).

- ANEXO I -

**COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, CONFORME ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (INSTRUÇÃO CVM 480/2009)**

**10.1 Os diretores devem comentar sobre:**

**a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

**Afirmação da Statkraft no Brasil**

O ano de 2018 representa para a Statkraft no Brasil um importante marco na afirmação das ambições desta Companhia em se tornar um importante player no mercado brasileiro. O lucro líquido de quase R\$ 75 milhões, com um EBITDA de R\$ 187 milhões, demonstram a solidez operacional da Companhia e o início de resultados consistentes esperados, após uma série de efeitos não recorrentes que afetaram o resultado desta nos exercícios anteriores.

Além do sólido resultado operacional, o ano de 2018 também é marcado por uma importante aquisição de 08 ativos em operação no estado do Espírito Santo, que adicionam 131,9 MW à capacidade instalada da Companhia, aumentando em 41% os 318 MW anteriormente existentes, totalizando os 448 MW atuais. Tão importante quanto o crescimento em capacidade instalada, esta aquisição permite à Companhia a diluição de parte da estrutura operacional constituída nos últimos anos como plataforma para o crescimento, incluindo a sólida cultura de ética, integridade, compliance e segurança.

**Plano de crescimento**

Importante destacar que o recente crescimento, proporcionado pela aquisição acima mencionada, não representa para a Companhia um ponto final. Como parte de seu plano de crescimento, a Statkraft pretende ampliar seus negócios em energia no Brasil nos próximos anos, avaliando as alternativas mais eficientes em aquisições de ativos em operação, bem como desenvolvendo internamente nova capacidade de geração em energia eólica, solar e hídrica.

**Eventos marcantes no exercício**

Sob a perspectiva operacional, destaca-se a contínua necessidade de monitoramento do risco hidrológico vivenciado pelo setor elétrico nos últimos períodos e que, em 2018, não foi diferente. Em função disso a Companhia vem investindo e ampliando sua expertise para atuar no gerenciamento de seu portfólio de energia, com o objetivo de minimizar os efeitos negativos decorrentes das mudanças hidrológicas. Destaca-se que em 2018 o resultado negativo líquido do mercado de curto prazo para a SKER foi de R\$ 5,5 milhões, uma melhor performance quando comparado ao ano de 2017, cujo efeito negativo líquido foi de R\$ 45 milhões.

Sob a perspectiva financeira, destaca-se que a Companhia concluiu em 2018 o pagamento antecipado da dívida da subsidiária PCH Esmeralda, concluindo, assim, as ações de

desalavancagem iniciadas em 2017, quando houve a quitação antecipada das dívidas das subsidiárias PCH Santa Laura e Santa Rosa. Ainda, no fim de 2018, a Companhia efetuou a emissão de debêntures, no valor de R\$ 230 milhões, com o intuito de fazer frente aos seus investimentos e alongamento do perfil da dívida bancária. Destaca-se que os indicadores de liquidez permanecem em níveis adequados e que a Administração permanece monitorando e avaliando a eficiência de sua estrutura de capital.

Diante de um ano tão positivo como o ano de 2018, adentramos 2019 com uma perspectiva muito positiva para os resultados e o posicionamento da Companhia como um importante player no setor elétrico brasileiro.

## b) Estrutura de capital

A Companhia prioriza financiamentos de longo prazo, em moeda nacional, com custos competitivos, com o objetivo de fazer frente aos elevados investimentos requeridos na implantação dos seus projetos de geração de energia, na categoria *project finance* com receita e estrutura de garantias atreladas ao período da sua amortização.

Para suportar aquisições de ativos já em operação, a Companhia também poderá optar por financiamentos de médio prazo.

Em agosto de 2018 a Companhia realizou a liquidação antecipada do financiamento da subsidiária PCH Esmeralda. Tal iniciativa concluiu a sequência de eventos de desalavancagem, iniciados em dezembro de 2017 com a liquidação antecipada dos financiamentos das subsidiárias Santa Laura e Santa Rosa, todos utilizando-se de recursos próprios de caixa. Estas ações foram parte do plano de otimização da estrutura da capital da Companhia, que refletiu-se na melhora dos principais indicadores da Companhia, conforme observa-se abaixo.

Em dezembro de 2018, em linha com a aquisição da participação societária nos ativos Tamar e Santa Fé, a Companhia emitiu 230.000 debêntures não conversíveis em ações com garantia real a ser convolada em espécie quirografária, valor nominal de R\$ 1 mil e prazo de vencimento de 5 anos. Ainda, também em dezembro de 2018, a Companhia contratou um empréstimo ponte no valor de R\$ 30 milhões. Esse empréstimo de curto prazo possui vencimento em 20 de setembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2018 a dívida líquida somava R\$ 301,9 milhões, cuja abertura é demonstrada na tabela abaixo.

Dívida Líquida (R\$ mil)	31 de dezembro 2017	31 de dezembro de 2018	Diferença nominal	Var. %
<b>Endividamento</b>	<b>383.701</b>	<b>606.120</b>	<b>222.419</b>	<b>58,0</b>
- Financiamento de obras - BNDES	152.503	130.814	-21.689	-14,2
- Financiamento de obras – BNB	231.198	218.104	-13.094	-5,7
- Debêntures 476 e outros	-	257.202	257.202	100
<b>Caixa e aplicações financeiras</b>	<b>226.238</b>	<b>304.192</b>	<b>77.954</b>	<b>34,4</b>
<b>Dívida líquida</b>	<b>157.463</b>	<b>301.928</b>	<b>144.465</b>	<b>91,7</b>
<b>EBITDA (últimos 12 meses)</b>	<b>109.243</b>	<b>187.329</b>	<b>78.086</b>	<b>71,5</b>
<b>Dívida líquida / EBITDA</b>	<b>1,4</b>	<b>1,6</b>	<b>0,2</b>	<b>-</b>

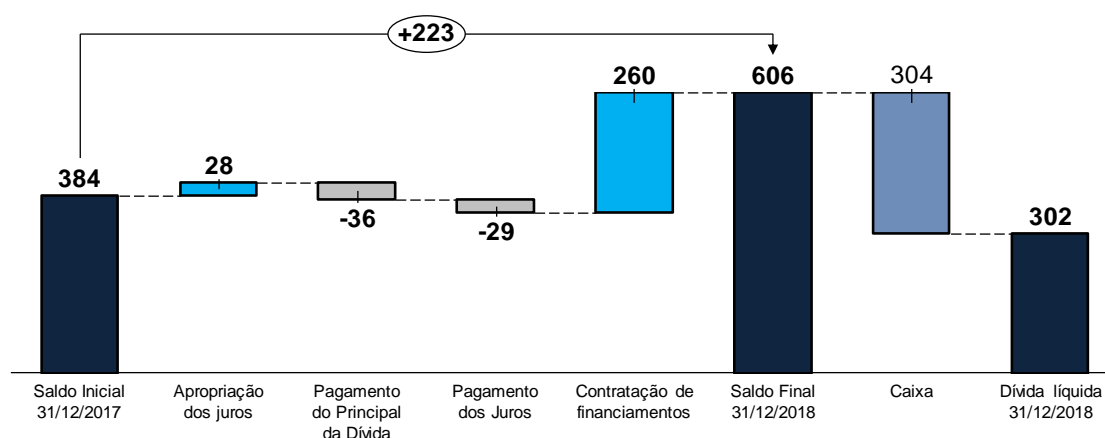


Alguns destaques do comportamento do endividamento a seguir:

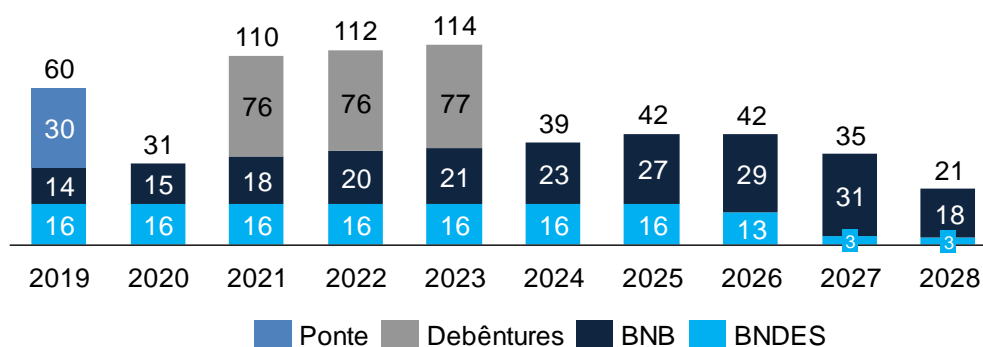
**Endividamento:** entre os períodos em análise o endividamento bancário apresentou aumento de 58% ou R\$ 222,4 milhões.

As movimentações que contribuíram para o aumento foram: (i) emissão de debêntures de R\$ 230 milhões, (ii) contratação de empréstimo ponte de R\$ 30 milhões e (iii) apropriação de encargos financeiros das parcelas a vencer no curto prazo dos empréstimos, no valor de R\$ 28,2 milhões.

Por outro lado as movimentações que contribuíram para redução do saldo foram (v) a amortização de R\$ 185,6 milhões de principal (incluindo financiamento da empresa adquirida) e (vi) pagamento de R\$ 32,7 milhões de juros (incluindo financiamento da empresa adquirida).

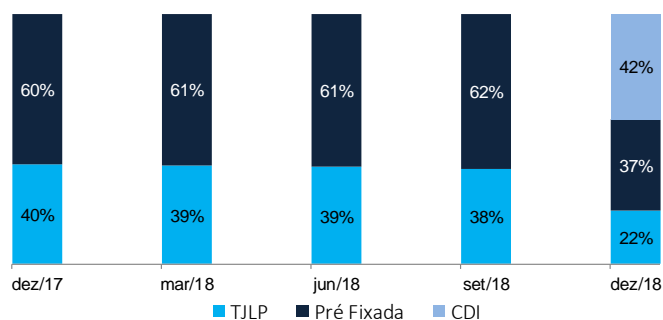


O cronograma de amortização do endividamento, conforme saldo de R\$ 606,1 milhões de 31 de dezembro de 2018, é apresentado a seguir (em R\$ milhões):

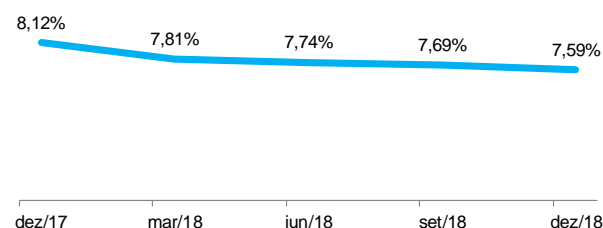


Em dezembro de 2018, a participação do dívida atrelada à TJLP era de 22%, representada pelos empréstimos do BNDES, ante a 37% da pré fixada, representada pela dívida junto ao BNB e empréstimos ponte, e 42% atrelada ao CDI, representada pelas debêntures.

### Evolução da Composição da Dívida Bancária por Indexador



### Custo Médio Ponderado da Dívida Bancária

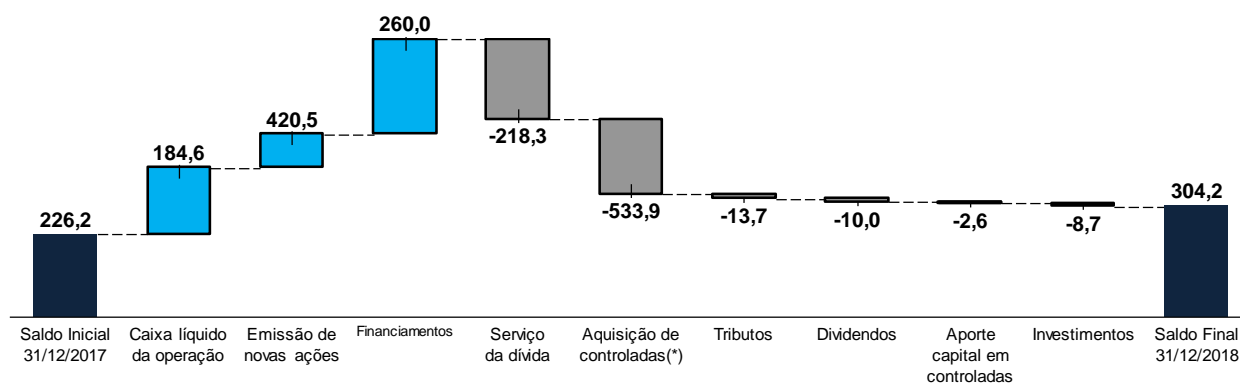


**Caixa e aplicações financeiras:** entre os períodos em análise houve aumento do saldo de caixa e aplicações financeiras de R\$ 78,0 milhões.

As movimentações que contribuíram para o aumento foram: (i) geração de caixa proveniente das operações no valor de R\$ 184,6 milhões, (ii) recebimento pela emissão de novas ações no valor de R\$ 420,5 milhões e (iii) recebimento pela contratação de debêntures e empréstimo ponte no valor de R\$ 260 milhões.

Por outro lado, as movimentações que contribuíram para a redução foram: (i) pagamento de juros e principal sobre financiamentos no valor de R\$ 218,3 milhões, incluindo resgate das debentures da EDP PCH, (ii) aquisição de controladas (líquido do saldo de caixa obtido) no valor de R\$ 533,9 milhões, (iii) tributos pagos sobre o resultado, no valor de R\$ 13,7 milhões, (iv) dividendos pagos e recebidos, no valor líquido de R\$ 10,0 milhões, (v) aporte de capital na operação descontinuada Enex no montante de R\$ 2,6 milhões e (vi) investimentos realizados no valor de R\$ 8,7 milhões.

O saldo de caixa e aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2018 era composto principalmente (i) pelo saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo das subsidiárias e Statkraft, no valor de R\$ 261,2 milhões e (ii) pelo saldo de R\$ 43,0 milhões com aplicações financeiras restritas, constituídas por força dos contratos de financiamento de longo prazo.



### c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o nosso atual perfil de endividamento e nossa posição de liquidez, nossa Diretoria acredita termos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos investimentos, despesas, dívidas e outros valores já contratados, embora não tenhamos garantias que tal situação permanecerá igual nos próximos exercícios sociais. Apresentamos abaixo algumas considerações sobre nossa capacidade de pagamento dos principais compromissos financeiros assumidos:

- **Contratos de Financiamento BNDES:** As garantias exigidas pelo BNDES para a contratação de dívida foram: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita) e (v) penhor dos contratos do projeto, especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado.

- **Contratos de Financiamento BNB:** As garantias exigidas pelo BNB para a contratação de dívida foram: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita); (v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade *Completion Bond*, com validade até seis meses após a entrada em operação comercial do empreendimento (já baixada); (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de dois anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12 meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia que garantem a liquidez necessária para as amortizações contratuais, cuja baixa ocorreu ao longo de 2014. Em 31 de dezembro de 2018, existiam três contratos diretos com o BNB. Esses contratos de financiamento com o BNB são vinculados ao financiamento de longo prazo, voltados para a implantação dos empreendimentos de Macaúbas, Seabra e Novo Horizonte, empreendimentos que compõem o Complexo Eólico da Bahia.

Vale ressaltar, ainda, que possuímos um fluxo de caixa recorrente e previsível, uma vez que grande parte da produção de energia é vendida antecipadamente por meio de contratos de longo prazo. Este fator reforça nossa solidez para honrarmos nossos compromissos financeiros.

---

#### **d) Fontes e financiamento para capital de giro e para investimentos não-circulantes utilizadas**

Pretendemos manter a estratégia de captação de recursos de longo prazo para cobertura de parcela relevante dos investimentos necessários para a implantação dos nossos projetos. Mais especificamente, pretendemos continuar captando tais recursos (i) por intermédio de nossas SPEs titulares de concessões ou autorizações, e (ii) de instituições financeiras de fomento, na modalidade de *project finance*.

Não possuímos necessidades relevantes de capital de giro. Caso surjam demandas desta natureza, as instituições financeiras de fomento, assim como os bancos comerciais, possuem linhas de financiamento específicas para estas necessidades de caixa. De toda forma, acreditamos que estamos atualmente em condições de contratar tais financiamentos para custear nossas necessidades de caixa.

#### **e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Somos uma empresa que investimos em ativos de alto valor agregado, demandando assim grandes volumes de recursos financeiros. Nossas fontes de recursos são através de (i) aportes de capital de nossos controladores, (ii) financiamentos de longo prazo com instituições bancárias e (iii) recebimento de dividendos de nossas subsidiárias em operação.

Nosso bloco de controle é formado pela Statkraft Investimentos Ltda. (81,3%) e FUNCEF – Fundação dos Economiários Federais (18,7%).

Acreditamos que a medida que nossa capacidade instalada cresça, os dividendos que recebemos das nossas subsidiárias também aumentem. De forma geral, o fluxo de dividendos de nossas subsidiárias é crescente, uma vez que parte substancial de suas despesas está atrelada ao pagamento de encargos bancários atrelados ao financiamento de longo prazo, cujo valor é decrescente ao longo do tempo.

Para necessidades de caixa de curto prazo, nossos controladores também poderão realizar empréstimos de mútuos que também poderão vir a ser transformados em aporte de capital. Adicionalmente poderemos recorrer a empréstimos de curto prazo com instituições financeiras para cobrirmos necessidades de giro operacional da Companhia.

#### **f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

As tabelas apresentadas abaixo demonstram o nosso endividamento, em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

#### **i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes**

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas empresas controladas têm basicamente as seguintes características:

- **Financiamentos para construção das usinas – BNDES**

<b>Empresas</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Encargos financeiros % a.a.</b>	<b>Consolidado</b>	
			31.12.2018	31.12.2017
Monel Monjolinho Energética S.A.	Setembro de 2026	TJLP + 2,1	98.156	110.108
Moinho S.A.	Agosto de 2028	TJLP + 2,0	32.658	35.804
Esmeralda S.A.	Março de 2019	TJLP + 3,5	-	6.591
			<b>130.814</b>	<b>152.503</b>

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNDES ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva" e "Movimento (centralizadora)".

Adicionalmente, as referidas cláusulas estabelecem que as empresas: (i) não poderão distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio cujo valor, isolada ou conjuntamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro; (ii) não poderão constituir, sem prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro, qualquer gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia; (iii) não poderão ceder nem vincular em favor de outro credor, sem prévia anuência do BNDES ou do Agente Financeiro, a receita cedida e vinculada; e (iv) não emitir debêntures ou partes beneficiárias, nem assumir novas dívidas, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro. Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) fiança prestada pela Statkraft Investimentos Ltda e Statkraft Energias Renováveis S.A. (aplicável para a Esmeralda S.A.); (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 8)); (v) contratação de carta de fiança bancária, no montante de R\$ 126.000, com vigência até 2027 (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A.) a qual foi retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; e (vi) penhor dos contratos do projeto, especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado. Em atendimento aos requerimentos do BNDES ou do Agente Financeiro foram firmados com o Banco do Brasil S.A. (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A. e Passos Maia Energética S.A.) e com o Banco Santander S.A. (aplicável a Moinho S.A.), os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

Até o presente momento todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos (*covenants*) com o BNDES vêm sendo atendidas.

- **Financiamentos para construção das usinas - BNB**

<b>Empresas</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Encargos financeiros % a.a.</b>	<b>Consolidado</b>	
			<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
Macaúbas Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	79.762	84.402
Novo Horizonte Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	69.518	74.071
Seabra Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	68.823	72.725
			<b>218.103</b>	<b>231.198</b>

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNB ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva" e "Movimento (centralizadora)".

Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobrás ou com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 8); (v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade Completion Bond, com validade até seis meses após a entrada em operação comercial do empreendimento; (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de dois anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12 meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia. Em atendimento aos requerimentos do BNB foram firmados com o próprio BNB os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

O contrato prevê Bônus de Adimplência Sobre Encargos de 25% sobre os encargos incidentes, desde que as prestações de juros ou de principal e juros sejam pagos até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as condicionantes de pagamento, os encargos financeiros passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a., cuja diferença será contabilizada como desconto financeiro.

Até o presente momento todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos (*covenants*) com o BNB vêm sendo atendidas.

#### **g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Em 31 de dezembro de 2018 não dispúnhamos de limites de utilização de financiamentos.



---

## **h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

A análise e discussão apresentada a seguir sobre a nossa estrutura patrimonial e nosso resultado operacional baseia-se nas informações financeiras resultantes de nossas Demonstrações Financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2016 e 2015.

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa.

• **ATIVO - 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

<b>Ativo</b>	<b>dez/18</b>	<b>AV</b>	<b>dez/17</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	261.171	11,64%	183.324	12,47%	42,46%
Contas a receber	128.725	5,74%	93.475	6,36%	37,71%
Dividendos a receber	1.350	0,06%	5.495	0,37%	-75,43%
Tributos a recuperar	9.309	0,41%	5.633	0,38%	65,26%
Almoxarifado	0	0,00%	2.316	0,16%	-100,00%
Repactuação de risco hidrológico	3.049	0,14%	3.731	0,25%	-18,28%
Operações Descontinuadas	-	0,00%	-	0,00%	-
Outros ativos	5.418	0,24%	4.394	0,30%	23,30%
	<b>409.022</b>	<b>18,23%</b>	<b>298.368</b>	<b>20,29%</b>	<b>37,09%</b>
<b>Não circulante</b>					
Aplicação financeira restrita	43.021	1,92%	42.914	2,92%	0,25%
Contas a receber	33.064	1,47%	27.756	1,89%	19,12%
Partes relacionadas	2.352	0,10%	6.445	0,44%	-63,51%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.726	0,61%	12.776	0,87%	7,44%
Repactuação de risco hidrológico	5.302	0,24%	1.972	0,13%	-
Outros ativos	2.534	0,11%	651	0,04%	289,25%
Propriedades para investimentos	15.497	0,69%	16.177	1,10%	-4,20%
Operações descontinuadas	1.896	0,08%	0	0,00%	#DIV/0!
Investimentos ao valor justo	48.686	2,17%	63.416	4,31%	-23,23%
Investimentos	26.451	1,18%	20.606	1,40%	28,37%
Imobilizado	1.468.449	65,43%	926.704	63,03%	58,46%
Intangível	174.231	7,76%	52.439	3,57%	232,25%
	<b>1.835.209</b>	<b>81,77%</b>	<b>1.171.856</b>	<b>79,71%</b>	<b>56,61%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.244.231</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.470.224</b>	<b>100,00%</b>	<b>52,65%</b>

**• PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>dez/18</b>	<b>AV</b>	<b>dez/17</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	130.672	5,82%	107.864	7,34%	21,15%
Financiamentos	59.213	2,64%	34.804	2,37%	70,13%
Partes relacionadas	52.909	2,36%	53.331	3,63%	-0,79%
Concessões a pagar	10.421	0,46%	8.655	0,59%	20,40%
Salários e encargos sociais	7.039	0,31%	5.767	0,39%	22,06%
Tributos a recolher	7.840	0,35%	9.090	0,62%	-13,75%
Imposto de renda e contribuição social	19.384	0,86%	5.301	0,36%	265,67%
Dividendos a pagar	17.725	0,79%	1.996	0,14%	788,03%
Outros passivos	11.819	0,53%	5.940	0,40%	98,97%
	<b>317.022</b>	<b>14,13%</b>	<b>232.748</b>	<b>15,83%</b>	<b>36,21%</b>
<b>Não circulante</b>					
Financiamentos e debêntures	546.907	24,37%	348.897	23,73%	56,75%
Concessões a pagar	68.893	3,07%	64.153	4,36%	7,39%
Tributos a recolher	1.207	0,05%	1.013	0,07%	19,15%
Imposto de renda e contribuição social	1.018	0,05%	855	0,06%	100,00%
Provisão para remoção de imobilizado	10.143	0,45%	9.758	0,66%	3,95%
Provisão para perda em investimentos	-	0,00%	903	0,06%	-100,00%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	20.814	0,93%	23.307	1,59%	-10,70%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	42.773	1,91%	-	0,00%	#DIV/0!
Outros passivos	9.642	0,43%	9.193	0,63%	4,88%
	<b>701.397</b>	<b>31,25%</b>	<b>458.079</b>	<b>31,16%</b>	<b>53,12%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	1.131.910	50,44%	711.365	48,38%	59,12%
Reservas de lucros	57.327	2,55%	21.736,00	1,48%	163,74%
Ajuste de avaliação patrimonial	36.568	1,63%	46.289	3,15%	-21,00%
	<b>1.225.805</b>	<b>54,62%</b>	<b>779.390</b>	<b>53,01%</b>	<b>57,28%</b>
Participação dos não controladores	7	0,00%	7	0,00%	0,00%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.225.812</b>	<b>54,62%</b>	<b>779.397</b>	<b>53,01%</b>	<b>57,28%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.244.231</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.470.224</b>	<b>100,00%</b>	<b>52,65%</b>

### **COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>AH</b>
<b>Receita operacional</b>	<b>314.546</b>	<b>310.808</b>	<b>1,20%</b>
Custo do fornecimento de energia elétrica	(137.346)	(169.656)	-19,04%
Custo dos serviços prestados	(4.309)	(13.414)	-67,88%
	<b>(141.655)</b>	<b>(183.070)</b>	<b>-22,62%</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>172.891</b>	<b>127.738</b>	<b>35,35%</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	(62.707)	(46.403)	35,14%
Outras (despesas) receitas	1.971	(56.139)	-103,51%
Equivalência patrimonial	5.682	(2.590)	-319,38%
Dividendos auferidos	4.932	14.305	-65,52%
	<b>(50.122)</b>	<b>(90.827)</b>	<b>-44,82%</b>
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>122.769</b>	<b>36.911</b>	<b>232,61%</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Despesas financeiras	(47.275)	(58.050)	-18,56%
Receitas financeiras	21.069	23.278	-9,49%
	<b>(26.206)</b>	<b>(34.772)</b>	<b>-24,63%</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>96.563</b>	<b>2.139</b>	<b>4414,40%</b>
Imposto de renda e contribuição social	(22.131)	9.289	-338,25%
<b>Resultado proveniente de operações em continuidade</b>	<b>74.432</b>	<b>11.428</b>	<b>551,31%</b>
<b>Operações descontinuadas</b>			
Prejuízo proveniente das operações descontinuadas	200	(3.027)	-106,61%
<b>Prejuízo líquido do período</b>	<b>74.632</b>	<b>8.401</b>	<b>788,37%</b>
<b>Atribuível aos:</b>			
Acionistas da Controladora	74.632	8.401	788,37%
Participação de não controladores	-	-	#DIV/0!
	<b>74.632</b>	<b>8.401</b>	<b>788,37%</b>

## Receita operacional líquida

Em 2018 a receita operacional líquida somou R\$ 314,5 milhões, 1,2% maior do que a receita líquida apurada em 2017, quando o valor foi de R\$ 310,8 milhões. Tal variação justifica-se, principalmente, pela maior receita decorrente dos contratos de venda de energia (PPA) da Companhia, fruto do ajuste contratual dos preços do PPA.

Ressaltamos que o resultado líquido do efeito do MCP (Mercado de Curto Prazo) é conjunto com a linha de “Compra de Energia”, classificada no custo da energia vendida (abaixo demonstrada). A variação líquida no resultado do MCP deve-se, essencialmente, às variações nos custos com compra de energia, razão pela qual estão apresentadas abaixo, no grupo de custo. Para o portfólio da Companhia, as receitas com o MCP permaneceram estáveis na comparação entre os anos de 2018 e 2017.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2017	2018	Var %
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>310.808</b>	<b>314.546</b>	<b>1,2</b>
<b>Fornecimento de energia</b>	<b>307.301</b>	<b>313.516</b>	<b>2,0</b>
- Contrato de energia de reserva – CER	96.596	97.670	1,1
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)	82.311	109.055	32,5
- Contrato ambiente de contratação livre (ACL)	13.815	19.085	38,1
- Contrato de compra de energia regulada (CCEAR)	114.579	87.706	-23,5
<b>Outros serviços</b>	<b>3.507</b>	<b>1.030</b>	<b>-70,6</b>

### **Contrato de Energia de Reserva (CER)**

O aumento de R\$ 1,1 milhão em 2018, equivalente a 1,1% comparado ao ano de 2017, é decorrente da maior geração advinda do Parque Eólico de Barra dos Coqueiros.

As receitas decorrentes do contrato de energia de reserva (CER) são provenientes das usinas Eólicas: Energen, Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra.

### **Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)**

O aumento de R\$ 26,7 milhões em 2018, equivalente a 32,5% comparado ao ano de 2017, é decorrente do impacto do Mercado de Curto Prazo (MCP).

As receitas decorrentes do PROINFA são provenientes das PCH Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa.

### **Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)**

O aumento de R\$ 5,3 milhões em 2018, comparado ao ano de 2017, é decorrente do efeito positivo advindo do Mercado de Curto Prazo.

As receitas decorrentes do ACL são provenientes da PCH Moinho.

### **Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)**

A redução de R\$ 26,9 milhões, comparado ao ano de 2017, é decorrente do impacto do Mercado de Curto Prazo (MCP).

As receitas decorrentes do CCEAR são provenientes da UHE Monel Monjolinho.

### **Custos operacionais**

Em 2018 os custos operacionais somaram R\$ 141,6 milhões, representando redução de R\$ 36,0 milhões, equivalentes a 20,3% na comparação com o ano de 2017, quando o valor foi de R\$ 177,6 milhões.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

<b>Custos Operacionais (R\$ mil)</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>Var %</b>
<b>Custo Total</b>	<b>183.070</b>	<b>141.655</b>	<b>-22,6</b>
<b>Custo do fornecimento de energia elétrica</b>	<b>169.656</b>	<b>137.346</b>	<b>-19,0</b>
- Depreciação e amortização	58.951	64.760	9,9
- Encargos setoriais	10.221	9.465	-7,4
- Custo com compra de energia elétrica	88.384	48.977	-44,6
- Seguro regulatório	3.613	3.719	2,9
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	8.487	10.425	22,8
<b>Custo dos serviços prestados</b>	<b>13.414</b>	<b>4.309</b>	<b>-67,9</b>
- Outros serviços	13.414	4.309	-67,9

### **Depreciação e Amortização**

A variação de 9,9% do custo com depreciação, na comparação entre os anos de 2018 e 2017, é decorrente da reavaliação da vida útil estimada dos ativos da Companhia. A cada emissão de demonstração financeira o grupo avalia se há indícios de mudanças da vida útil de seus ativos e, a cada três anos, é realizada uma revisão formal das estimativas, mesmo que não existam tais indicativos. Em setembro de 2017 a equipe técnica realizou mudança na estimativa de vida útil técnica dos ativos. Até então a vida útil contábil era considerada a definida pelo Manual de Ativos Fixos da ANEEL, limitado pelo período das concessões e/ou autorizações.

Na reavaliação efetuada em 2017 foram reconhecidos custos de desmobilização (usinas eólicas), além das alterações das estimativas de vida útil que segundo avaliação da equipe técnica serão depreciadas em período menor do que o estimado anteriormente.

### **Encargos Setoriais**

A variação observada nessa rubrica deve-se, essencialmente, à adequação da classificação dos encargos entre Custo e Despesa.



---

### ***Custo com Compra de Energia Elétrica***

O cenário brasileiro de geração hidrelétrica em 2017 exigiu atenção aos efeitos que afetam significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos em relação ao GSF. O ano de 2018, da mesma forma, exigiu da Companhia iniciativas para mitigar o efeito hidrológico.

Iniciativas como estratégia de sazonalização, análise de participação ao MRE, para as usinas elegíveis, e adesão à repactuação do risco hidrológico (MP 688) foram adotadas como medida de redução da exposição da Companhia aos riscos de GSF/MRE.

Em 2018 o valor gasto com compra de energia elétrica somou R\$ 49,0 milhões, comparado ao valor de R\$ 88,4 milhões em 2017. Quando observamos o custo com a compra de energia do Mercado de Curto Prazo, líquido das receitas advindas do Mercado de Curto Prazo, o resultado de 2018 representou um custo líquido de R\$ 5,5 milhões, redução de R\$ 39,4 milhões na comparação com o ano de 2017, quando o custo líquido foi de R\$ 44,8 milhões.

Tais variações são decorrentes das alterações no cenário hidrológico e as ações acima descritas.

### ***Seguro Regulatório***

Amortização do ativo regulatório decorrente da adesão a MP 688, a qual trata da repactuação do risco hidrológico, para as PCH Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa. A variação em 2018, na comparação com 2017, dá-se pela correção monetária dos valores amortizados.

### ***Outros custos de fornecimento de energia elétrica***

Os outros custos de fornecimento de energia são compostos, essencialmente, por serviços contratados para as atividades de manutenção e operação dos ativos da Statkraft, bem como os seguros contra risco operacional e responsabilidade civil.

No ano de 2018 esta rubrica somou R\$ 10,4 milhões, representando aumento de R\$ 1,9 milhão na comparação com o ano de 2017, equivalentes a 22,8%. A variação observada deve-se, essencialmente, a reajuste contratual no contrato de operação e manutenção do Parque Eólico da Bahia.

### ***Outros Serviços***

A redução observada nesta linha, equivalente a R\$ 9,1 milhões na comparação entre os anos de 2018 e 2017, deve-se à redução do faturamento pela Controladora dos serviços administrativos prestados às empresas controladas pelo grupo. Essa redução está compensada pelo aumento observado na linha de “Despesas Gerais e Administrativas” tratando-se de classificação entre custos e despesas.

## Despesas gerais

Em 2018 as despesas gerais somaram R\$ 60,7 milhões, representando redução de R\$ 41,8 milhões na comparação com o ano de 2017, equivalentes a 40,8%.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Despesas Gerais (R\$ mil)	2017	2018	Var %
<b>Despesas Totais</b>	<b>102.542</b>	<b>60.736</b>	<b>-40,8</b>
- <b>Gerais e Administrativas totais</b>	<b>46.403</b>	<b>62.707</b>	<b>35,1</b>
- Gerais e administrativas	36.239	41.086	13,4
- Remuneração dos administradores	6.792	6.524	-3,9
- Encargos setoriais	3.043	4.901	61,1
- Com estudos em desenvolvimento	329	10.196	-
- <b>Outras despesas (receitas)</b>	<b>56.139</b>	<b>(1.971)</b>	<b>-103,5</b>

### Gerais e Administrativas

Em 2018 as despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 41,1 milhões, representando aumento de R\$ 4,8 milhões, na comparação com o ano de 2017, quando atingiram R\$ 36,2 milhões. Este aumento deve-se, essencialmente, pela reclassificação dos gastos relacionados à prestação de serviços administrativo prestados às empresas controladas pelo grupo, agora apresentados líquidos das receitas na linha de “Custo dos Serviços Prestados – Outros Serviços”.

### Remuneração dos Administradores

Nesta rubrica estão contabilizadas as despesas relativas à remuneração dos Administradores da Companhia, Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais. Em 2018 os valores apurados foram de R\$ 6,5 milhões.

### Encargos Setoriais

A variação observada nessa rubrica deve-se, essencialmente, à adequação da classificação dos encargos entre Custo e Despesa.

### Estudos e Desenvolvimento

Em 2018 a Companhia incorreu em gastos com o desenvolvimento de negócios, em linha com o plano estratégico da Companhia.

### Outras Despesas (Receitas)

A variação apurada deve-se a eventos não recorrentes apurados no exercício de 2017: (i) reconhecimento de provisão para perda ao valor recuperável dos ativos (R\$ 12,7 milhões) e (ii) condenações judiciais e outras provisões para riscos legais (R\$ 47,0 milhões). No exercício de 2018 o ganho observado deve-se ao recebimento de indenizações de seguro por lucros

cessantes e danos materiais (R\$ 2,6 milhões) e reversão de provisões pré-operacionais (R\$ 1,4 milhão).

## RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Em 2018 o resultado de participações societárias consolidadas totalizou ganho de R\$ 10,6 milhões.

Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Ganho (perda) proveniente participações societárias (R\$ mil)	2017	2018	Var %
- Equivalência patrimonial	(2.590)	5.682	319,4
- Dividendos auferidos	14.305	4.932	-65,5
<b>Resultado de participações</b>	<b>11.715</b>	<b>10.614</b>	<b>-9,4</b>

### Equivalência Patrimonial

Composto pelo resultado da subsidiária Passos Maia Energética S.A. (50%), que foi afetado positivamente pela estratégia adotada pela Companhia no intuito de mitigar os riscos advindos do cenário hidrológico.

### Dividendos Auferidos

Composto pelos dividendos recebidos de CERAN (5%) e Donas Francisca (2,12%). Destaca-se que em 2017 houve redução de capital do CERAN.

## RESULTADO FINANCEIRO

Em 2018 o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 26,2 milhões, redução de 24,6% na comparação com 2017, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 34,8 milhões.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2017	2018	Var %
<b>Receitas financeiras</b>	<b>23.278</b>	<b>21.069</b>	<b>-9,5</b>
- Com aplicações financeiras (i)	19.769	18.137	-8,3
- Variação monetária ativa	646	571	-11,6
- Outras receitas financeiras	2.863	2.361	-17,5
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(58.050)</b>	<b>(47.275)</b>	<b>-18,6</b>
- Com financiamentos (ii)	(36.578)	(28.178)	-23,0
- Comissão de fiança e garantias	(325)	(103)	-68,3
- IOF, multa e juros sobre tributos	(2.454)	(1.622)	-33,9
- Variação monetária passiva	(229)	(233)	1,7
- Concessões a pagar e outras despesas (iii)	(5.986)	(13.601)	127,2
- Juros sobre contrato de mútuo (iv)	(11.168)	(1.658)	-85,2
- Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(2.101)	(1.017)	-51,6
- Outras despesas financeiras	791	(863)	-209,1
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(34.772)</b>	<b>(26.206)</b>	<b>-24,6</b>

### Receitas Financeiras

Em 2018 as receitas financeiras atingiram R\$ 21,1 milhões, apresentando redução de R\$ 2,2 milhões, equivalente a 9,5% na comparação com o ano de 2017, quando atingiram R\$ 23,3 milhões. Tal variação é decorrente, principalmente, da redução do rendimento de aplicações financeiras em função da redução dos indexadores das aplicações (CDI).

### Despesas Financeiras

Em 2018 as despesas financeiras atingiram R\$ 47,3 milhões, apresentando redução de R\$ 10,8 milhões, equivalente a 18,6% na comparação com o ano de 2017, quando atingiram R\$ 58,0 milhões. Contribuíram para a redução (ii) a menor capitalização de juros por conta do menor endividamento e (iv) o menor nível de juros sobre contrato de mútuo com a controladora, por conta da redução do CDI. Tal redução foi parcialmente compensada pelo (iii) aumento das despesas financeiras sobre concessão a pagar (UBP) em função da maior curva de IGP-M apurado no período.

## IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Statkraft, assim como a controlada Monjolinho optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2018 o imposto de renda e a contribuição social somaram saldo negativo de R\$ 22,1 milhões, compostos por IRPJ e CSLL no valor de R\$ 17,1 milhões e por IR e CS diferidos no valor de R\$ 5,0 milhões.

A variação equivalente a R\$ 31,4 milhões, na comparação com o ano de 2017, deve-se ao fato de que em 31 de março de 2017 as subsidiárias Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra Energética S.A. optaram pelo REFIS conforme Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.687 de 2017, para liquidação de contingências fiscais reconhecidas em 2016.

## OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 2018 as operações descontinuadas somaram ganho de R\$ 0,2 milhão, representando o resultado da subsidiária Enex.

## LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO

Em 2018 foi registrado resultado líquido de R\$ 74,6 milhões, enquanto que em 2017 apuramos lucro de R\$ 8,4 milhões, em linha com os efeitos mencionados anteriormente, com destaque para os efeitos hidrológicos, tributários e judiciais.

Por entender que o resultado no período comparativo de 2017 apresentado foi impactado substancialmente por efeitos contábeis não recorrentes, que não fazem parte das atividades de operação da Statkraft Energias Renováveis, a Companhia divulga o **Lucro (Prejuízo) Líquido Gerencial**, que exclui os efeitos não recorrentes apurados no resultado da Companhia e que não possuem relação com suas operações.

Conciliação Lucro Líquido IFRS x Lucro Líquido gerencial	2017	2018
Lucro (prejuízo) líquido – IFRS	8.401	74.632
<b>(+) Efeitos não recorrentes</b>	<b>48.074</b>	<b>-</b>
<i>Impairment</i> controladas	12.754	-
Condenação judicial	38.600	-
Juros sobre contrato de mútuo	11.168	-
Provisão perda ativos financeiros	5.152	-
Utilização de prejuízos fiscais (REFIS)	(19.600)	-
<b>Lucro (prejuízo) líquido - Gerencial</b>	<b>56.475</b>	<b>74.632</b>

## EBITDA E MARGEM EBITDA – conforme Instrução CVM 527

O EBITDA alcançou R\$ 187,3 milhões em 2018, apresentando um aumento de R\$ 78,1 milhões em relação ao ano de 2017, quando alcançou R\$ 109,2 milhões, em função dos efeitos apresentados anteriormente. A margem EBITDA apresentou aumento de 24,1 p.p. na comparação entre os períodos, passando de 35,4% para 59,5% da receita operacional líquida em 2017 e 2018.

EBITDA (R\$ mil)	2017	2018	Var %
Lucro (prejuízo) líquido do período	8.401	74.432	786,0
(+) Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	(9.289)	22.131	338,2
(+) Despesas financeiras líquidas	34.772	26.206	-24,6
(+) Depreciação, amortização e <i>impairments</i>	72.332	64.760	-10,5
(+) Operação descontinuada	3.027	(200)	-106,6
<b>EBITDA – ICVM nº 527</b>	<b>109.243</b>	<b>187.329</b>	<b>71,5</b>
Receita Líquida	310.808	314.546	2,0
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>35,1</b>	<b>59,5</b>	<b>24,4 p.p.</b>

A Administração da Companhia entende que o acompanhamento do EBITDA e da margem EBITDA, é uma das métricas adequadas para análise do desempenho da Companhia, pois, ao excluir despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação.

• **ATIVO - 31 DE DEZEMBRO DE 2017 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

<b>Ativo</b>	<b>dez/17</b>	<b>AV</b>	<b>dez/16</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	183.324	12,47%	140.761	9,28%	30,24%
Contas a receber	93.475	6,36%	65.627	4,32%	42,43%
Dividendos a receber	5.495	0,37%	1.832	0,12%	199,95%
Tributos a recuperar	5.633	0,38%	3.929	0,26%	43,37%
Almoxarifado	2.316	0,16%	4.842	0,32%	-52,17%
Repactuação de risco hidrológico	3.731	0,25%	3.630	0,24%	2,78%
Operações Descontinuadas	-	0,00%	2.123	0,14%	-
Outros ativos	4.394	0,30%	5.607	0,37%	-21,63%
	<b>298.368</b>	<b>20,29%</b>	<b>228.351</b>	<b>15,05%</b>	<b>30,66%</b>
<b>Não circulante</b>					
Aplicação financeira restrita	42.914	2,92%	91.123	6,00%	-52,91%
Partes relacionadas	6.445	0,44%	8.028	0,53%	-19,72%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.776	0,87%	11.733	0,77%	8,89%
Investimentos ao valor justo	63.416	4,31%	79.462	5,24%	-20,19%
Repactuação de risco hidrológico	1.972	0,13%	4.889	0,32%	-
Contas a receber	27.756	1,89%	22.179	1,46%	25,15%
Outros ativos	651	0,04%	3.372	0,22%	-80,69%
Investimentos	20.606	1,40%	28.692	1,89%	-28,18%
Imobilizado	926.704	63,03%	972.307	64,07%	-4,69%
Intangível	52.439	3,57%	51.191	3,37%	2,44%
Propriedades para investimentos	16.177	1,10%	16.177	1,07%	0,00%
	<b>1.171.856</b>	<b>79,71%</b>	<b>1.289.153</b>	<b>84,95%</b>	<b>-9,10%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.470.224</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.517.504</b>	<b>100,00%</b>	<b>-3,12%</b>



## **CIRCULANTE**

### **Caixa e equivalentes de caixa**

As movimentações que contribuíram para o aumento foram: (i) geração de caixa proveniente das operações no valor de R\$ 123,1 milhões, (ii) recebimentos de dividendos de Ceran e Dona Francisca (R\$ 16,1 milhões), (iii) recebimento de caixa por redução de capital em investida (R\$ 17,5 milhões), (iv) resgate de aplicações financeiras restritas de longo prazo (R\$ 54,6 milhões), e (v) recebimento de caixa de operações com partes relacionadas (R\$ 5,5 milhões)

Por outro lado, as movimentações que contribuíram para a redução foram: (i) pagamento de juros sobre financiamentos no valor de R\$ 34,5 milhões, (ii) pagamento de principal sobre financiamentos no valor de R\$ 92,2 milhões; (iii) pagamento de tributos no valor de R\$ 22,8 milhões e (v) investimentos realizados no valor de R\$ 24,8 milhões.

### **Contas a receber**

O aumento observado é decorrente principalmente (i) aumento do saldo a receber de serviços prestados a partes relacionados pela controladora (+R\$ 1,3 milhão), (ii) aumento do saldo a receber em aberto no final de cada período por conta da atualização por inflação dos contratos de longo prazo (+R\$ 3,4 milhões), (iii) aumento no saldo a receber de liquidações do mercado de curto prazo pelas usinas do Proinfa referentes a 2017 (+R\$ 3,3 milhões), (iv) incremento de saldos na UHE Monel na PCH Moinho referente a saldo a liquidar no mercado de curto prazo (+R\$ 25,8 milhões) motivado principalmente pela inadimplência do setor por conta das liminares, (v) redução de saldo a receber no curto prazo referente geração excedente aos contratos de venda de energia das Usinas Eólicas da Bahia por conta da liquidação financeira completa do primeiro quadriênio contratual encerrado em junho de 2016, parcialmente compensado pelas gerações excedentes do primeiro ano de segundo quadriênio contratual (-R\$ 0,6 milhão).

### **Tributos a recuperar**

Varição positiva observada principalmente pelo aumento de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeira não utilizados para liquidação de tributos no período (+1,8 milhão), parcialmente compensado pela variação operacional dos demais tributos à recuperar (-0,1 milhão).

### **Almoxarifado**

Redução do saldo de materiais em almoxarifado por conta de aplicação em ativos imobilizados em andamento (-R\$ 2,5 milhões).

### **Dividendos a receber**

Em 2017 a investida PCH Passos Maia (controlada em conjunto) destinou para SKER dividendos adicionais (+R\$ 5,5 milhões), e pagou os dividendos obrigatórios de 2016 (-R\$ 1,8 milhão).

### **Operações Descontinuadas**

A variação desta rubrica se deu por conta de ajuste ao valor justo do investimento classificado como operação descontinuada reduzindo seu valor (-R\$ 3,0 milhões). Como a redução foi

---

superior ao seu valor justo registrado no ativo da companhia em 2016, este valor foi classificado no passivo, na rubrica de “provisão para perda em investimentos”.

### **Ativo circulante total**

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Ativo circulante total” atingiu R\$ 298 milhões, apresentando aumento de 30% em comparação a 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 228 milhões.

### **NÃO CIRCULANTE**

#### **Aplicação financeira restrita**

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de “Aplicação financeira restrita” atingiu R\$ 42,9 milhões, redução de 52% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 91,1 milhões. A redução é decorrente do resgate de aplicação no valor de R\$ 48,3 milhões, vinculada ao pagamento do processo de arbitragem da BBE.

#### **Partes relacionadas**

Redução de R\$ 1,6 milhão motivada principalmente pela constituição de provisão para perda de saldo de mútuo com partes relacionada.

#### **Investimentos ao valor justo**

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de “Investimentos não controlados ao valor justo” atingiu R\$ 63,4 milhões, representando redução de 20,2% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 79,5 milhões. A redução deu-se em função de redução de capital ocorrida pela investida Ceran, no 2º semestre de 2016, e reavaliação do valor justo dos investimentos das Usinas Hidrelétricas Ceran e Dona Francisca, por conta de premissas mercadológicas e macro econômicas.

#### **Repactuação do risco hidrológico**

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de atingiu R\$ 5,7 milhões, frente ao saldo de R\$ 8,5 milhões em 31 de dezembro de 2016. A variação é da apropriação de ativo regulatório decorrente da adesão à repactuação dos riscos hidrológicos.

#### **Investimentos**

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de “Investimentos” atingiu R\$ 20,6 milhões, representando redução de 2,4% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 28,7 milhões. A redução deu-se por (i) resultado da controlada em conjunto PCH Passos Maia atribuíveis a Statkraft (-R\$ 2,6 milhões) e (ii) dividendos destinados no período pela mesma investida (-R\$ 5,5 milhões).

---

## **Imobilizado**

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de “Imobilizado” atingiu R\$ 926,7 milhões, representando redução de 4,7% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 972,3 milhões. A redução deu-se, essencialmente, por conta do (i) volume de depreciação incorrida em 2017 no valor R\$ -56,5 milhões, (ii) adições realizadas em 2017 no valor de R\$ 18,7 milhões, (iii) da capitalização de custos de desmobilização de R\$ 9,7 milhões, (iv) de provisão para perda por redução no valor recuperável no valor de R\$ 12,7 milhões e (v) baixas de R\$ -4,4 milhões.

## **Intangível**

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de “Intangível” atingiu R\$ 52,4 milhões, representando aumento de 2,4% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 95,3 milhões. O aumento deu-se por conta da (i) adição de intangível no montante de R\$ 6,2 milhões, parcialmente compensada pela (ii) amortização de UBP (Uso do Bem Público) e outros (-R\$ 5,0 milhões).

## **Total do ativo não circulante**

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Total do ativo não circulante” atingiu R\$ 1.289,1 milhões, apresentando redução de 9,1% em comparação a 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 1.171,9 milhões.

## **Total do ativo**

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Total do ativo” atingiu R\$ 1.470,2 milhões, em linha com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 1.517,5 milhões.

**• PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2017 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>dez/17</b>	<b>AV</b>	<b>dez/16</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	102.573	6,98%	45.643	3,01%	124,73%
Financiamentos	34.804	2,37%	44.370	2,92%	-21,56%
Partes relacionadas	53.331	3,63%	1.629	0,11%	3173,85%
Concessões a pagar	8.655	0,59%	8.107	0,53%	6,76%
Salários e encargos sociais	7.082	0,48%	3.918	0,26%	80,76%
Tributos a recolher	7.775	0,53%	9.996	0,66%	-22,22%
Imposto de renda e contribuição social	5.301	0,36%	36.664	2,42%	-85,54%
Dividendos a pagar	1.996	0,14%	1	0,00%	199500,00%
Outros passivos	11.231	0,76%	23.609	1,56%	-52,43%
	<b>232.748</b>	<b>15,83%</b>	<b>173.937</b>	<b>11,46%</b>	<b>33,81%</b>
<b>Não circulante</b>					
Financiamentos	348.897	23,73%	429.498	28,30%	-18,77%
Concessões a pagar	64.153	4,36%	66.012	4,35%	-2,82%
Provisão para perda em investimentos	903	0,06%	-	0,00%	#DIV/0!
Imposto de renda e contribuição social	855	0,06%	652	0,04%	100,00%
Tributos a recolher	1.013	0,07%	773	0,05%	31,05%
Provisão para remoção de imobilizado	9.758	0,66%	-	0,00%	#DIV/0!
Provisão para contingências	23.307	1,59%	64.482	4,25%	-63,86%
Outros passivos	9.193	0,63%	10.146	0,67%	-9,39%
	<b>458.079</b>	<b>31,16%</b>	<b>571.563</b>	<b>37,66%</b>	<b>-19,86%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	711.365	48,38%	880.312	58,01%	-19,19%
Reserva de lucro	21.316	1,45%	-	0,00%	#DIV/0!
Reserva legal	420	0,03%	-	0,00%	#DIV/0!
Ajuste de avaliação patrimonial	46.289	3,15%	45.301	2,99%	2,18%
Prejuízos acumulados	0	0,00%	-153.616	-10,12%	-100,00%
	<b>779.390</b>	<b>53,01%</b>	<b>771.997</b>	<b>50,87%</b>	<b>0,96%</b>
Participação dos não controladores	7	0,00%	7	0,00%	0,00%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>779.397</b>	<b>53,01%</b>	<b>772.004</b>	<b>50,87%</b>	<b>0,96%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.470.224</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.517.504</b>	<b>100,00%</b>	<b>-3,12%</b>

## **CIRCULANTE**

### **Fornecedores**

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Fornecedores” atingiu R\$ 102,6 milhões, apresentando aumento de 124,7% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 45,6 milhões. A variação observada dá-se por conta, principalmente, dos saldos a pagar referente às liquidações no Mercado de Curto Prazo que estão protegidas por liminares.

### **Financiamentos (circulante e não circulante)**

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Financiamentos” atingiu R\$ 383,7 milhões, apresentando redução de 19,0% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 473,9 milhões. A variação observada dá-se por conta, principalmente, das amortizações realizadas no período.

### **Partes relacionadas**

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Partes Relacionadas” atingiu R\$ 53,3 milhões, apresentando aumento em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 1,6 milhão. A variação observada dá-se por conta, principalmente, da constituição de mútuo a pagar para a Statkraft Investimentos Ltda.

### **Tributos a recolher (circulante e não circulante)**

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Tributos a Recolher” atingiu R\$ 8,8 milhões, apresentando redução de 49,9% em comparação com 31 de dezembro de 2015, quando atingiu R\$ 10,8 milhões. A redução deu-se, principalmente, em função da (i) tributos recolhidos pelas nas Eólicas por conta de liquidação financeira do saldo de energia após encerramento do quadriênio (-R\$ 6,3 milhões) e (ii) reconhecimento de saldo a pagar por conta dos resultados positivos de mercado de curto prazo ainda não liquidados, e variações operacionais dos tributos a recolher na controladora (-R\$ 3,3 milhões).

### **Imposto de renda e contribuição social**

Redução expressiva motivada principalmente por dois eventos, sendo (i) liquidação dos tributos correntes sobre o lucro tributável de 2016 da subsidiária UHE Monel (-R\$ 8,3 milhões), e (ii) liquidação de tributos correntes de exercícios anteriores das Eólicas da Bahia (-R\$ 23 milhões).

### **Dividendos a pagar**

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de dividendos a pagar é de R\$ 1.996 mil, resultado da destinação de dividendo mínimo obrigatório a pagar sobre o lucro líquido do exercício de 2017.

### **Outros passivos**

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Outros passivos” atingiu R\$ 20,4 milhões, apresentando aumento de 39,5% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 33,7 milhões. A redução deu-se, principalmente, (i) pela reversão de saldos de Licenças Ambientais, que tiveram seu tratamento contábil alterado em 2017, representando uma reversão de saldo de

---

passivo de (-R\$ 7,3 milhões), e (ii) pela variação operacional de outras naturezas diversas (-R\$ 6,0 milhões).

### **Total do passivo circulante**

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2017 o saldo da conta “Total do passivo circulante” atingiu R\$ 232,8 milhões, apresentando um aumento de 33,8% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 173,9 milhões.

### **NÃO CIRCULANTE**

#### **Provisão para remoção de imobilizado**

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Provisão para remoção do imobilizado” atingiu R\$ 9,8 milhões. O montante representa a estimativa à valor presente da Companhia de futuros gastos para remoção dos ativos imobilizados dos locais de operação após o término das autorizações nos parques eólicos.

#### **Total do passivo não circulante**

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2017 o saldo da conta “Total do passivo não circulante” atingiu R\$ 458,1 milhões, apresentando uma redução de 19,9% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 571,6 milhões.

#### **Patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2017 o patrimônio líquido da Companhia representava R\$ 779,4 milhões, sendo o aumento de 0,9% na comparação com 31 de dezembro de 2016, quando representou R\$ 772,0 milhões, alavancado por força da (i) constituição de reserva de lucros no valor de R\$ 21.316 mil, (ii) constituição de reserva legal, no montante de R\$ 420 mil, (iii) além do aumento de R\$ 988 mil no valor do ajuste de avaliação patrimonial, referente ao valor justo de investimentos em entidades não controladas.

#### **Total do passivo e patrimônio líquido**

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2017, o saldo de “Total do passivo e patrimônio líquido” atingiu R\$ 1.470,2 milhões, em linha com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R\$ 1.517,5 milhões.

### **COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>AH</b>
<b>Receita operacional</b>	<b>310.808</b>	<b>275.164</b>	<b>12,95%</b>
Custo do fornecimento de energia elétrica	(169.656)	(102.788)	65,05%
Custo dos serviços prestados	(13.414)	(5.072)	164,47%
	<b>(183.070)</b>	<b>(107.860)</b>	<b>69,73%</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>127.738</b>	<b>167.304</b>	<b>-23,65%</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	(46.403)	(51.664)	-10,18%
Outras despesas	(56.139)	(63.307)	-11,32%
Equivalência patrimonial	(2.590)	7.714	-133,58%
Dividendos auferidos	14.305	1.561	816,40%
	<b>(90.827)</b>	<b>(105.696)</b>	<b>-14,07%</b>
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>36.911</b>	<b>61.608</b>	<b>-40,09%</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Despesas financeiras	(58.050)	(69.949)	-17,01%
Receitas financeiras	23.278	26.820	-13,21%
	<b>(34.772)</b>	<b>(43.129)</b>	<b>-19,38%</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>2.139</b>	<b>18.479</b>	<b>-88,42%</b>
Imposto de renda e contribuição social	9.289	(31.968)	-129,06%
<b>Resultado proveniente de operações em continuidade</b>	<b>11.428</b>	<b>(13.489)</b>	<b>-184,72%</b>
<b>Operações descontinuadas</b>			
Prejuízo proveniente das operações descontinuadas	(3.027)	(2.055)	47,30%
<b>Prejuízo líquido do período</b>	<b>8.401</b>	<b>(15.544)</b>	<b>-154,05%</b>
<b>Atribuível aos:</b>			
Acionistas da Controladora	8.401	(15.393)	-154,58%
Participação de não controladores	-	(151)	-100,00%
	<b>8.401</b>	<b>(15.544)</b>	<b>-154,05%</b>



## Receita operacional líquida

Em 2017 a receita operacional líquida total somou R\$ 310,8 milhões, 12,9% maior do que a receita líquida apurada em 2016, quando o valor foi de R\$ 275,2 milhões. Tal variação justifica-se, principalmente, pelo (i) aumento na receita de venda de energia por conta da correção dos contratos de venda (PPA), (ii) maior receita decorrente do Mercado de Curto Prazo (“MCP” – envolve MRE, com efeitos do GSF e/ou secundária) e (iii) menor receita com serviços compartilhados com empresas do grupo Statkraft.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2016	2017	Var %
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>275.164</b>	<b>310.808</b>	<b>12,9</b>
<b>Fornecimento de energia</b>	<b>269.509</b>	<b>307.301</b>	<b>14,0</b>
- Venda de energia	235.383	246.365	4,7
- Excedente (déficit) líquido de geração Eólicas	14.414	17.433	20,9
- Efeito MCP	19.712	43.503	120,7
<b>Outros serviços</b>	<b>5.655</b>	<b>3.507</b>	<b>-38,0</b>

### **Receita líquida de fornecimento de energia elétrica – venda de energia**

O aumento de R\$ 11,0 milhões em 2017, equivalente a 4,7% comparado a 2016, é decorrente da correção dos contratos de venda de energia por IPCA.

### **Receita líquida de fornecimento de energia elétrica – excedente líquido de geração eólicas**

O aumento de R\$ 3,0 milhões em 2017, comparado a 2016, é fruto da maior geração no parque eólico da Bahia. Ressalta-se que o 1T16 foi impactado pela indisponibilidade do parque em função de paradas não programadas para manutenção, bem como, o baixo regime de ventos no período. A Companhia já recebeu parte das indenizações da seguradora e continua trabalhando na regulação, junto à seguradora, dos eventos que acarretaram a redução da receita no 1T16, com o objetivo de sua recuperação financeira.

### **Receita líquida de fornecimento de energia elétrica – efeito MCP**

Em 2017 o Brasil enfrentou a maior crise hidrológica já registrada, e como consequência, o nível de água atingido pelos reservatórios foi tão baixo quanto os registrados em 2014, ano em que a possibilidade de ocorrência de racionamento foi considerada no Brasil.

Como consequência, os geradores foram expostos aos índices de GSF mais altos da história, atingindo uma média de 60% entre julho e novembro.

Assim, a variação da receita na comparação com 3T16 e 9M16 reflete o atual cenário hidrológico e a estratégia de sazonalização da Companhia, aliado ao suporte especializado da comercializadora de energia pertencente ao grupo Statkraft, que aporta seu conhecimento e expertise na gestão do portfólio de energia da Companhia.

Iniciativas como estratégia de sazonalização, análise de participação ao MRE, para as usinas elegíveis, e adesão à repactuação do risco hidrológico (MP 688) foram adotadas como medida de redução da exposição da Companhia aos riscos de GSF/MRE.

Ressaltamos que o resultado líquido do efeito do MCP é conjunto com a linha de “Compra de Energia”, classificada no custo da energia vendida (abaixo demonstrada).

A deficiência da geração hidrelétrica do sistema brasileiro elevou significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos pela redução do GSF. Esse fato fez com que geradoras participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entrassem com liminares para suspensão dos pagamentos desta natureza. Por conta destas liminares as controladas UHE Monel e PCH Moinho, e a controlada em conjunto PCH Passos Maia estão protegidas do efeito controverso do MRE, até que tal matéria seja julgada.

### **Receita líquida de outros serviços**

O valor de R\$ 3,5 milhões é decorrente do compartilhamento de serviços com empresas do grupo Statkraft. A variação na comparação com o ano anterior dá-se em função o menor volume de serviços prestados às partes relacionadas.

### **Custos operacionais**

Em 2017 os custos operacionais somaram R\$ 183,1 milhões, representando aumento de R\$ 75,2 milhões, equivalente a 69,7% na comparação com o ano de 2016, quando o valor foi de R\$ 107,9 milhões.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

<b>Custo Operacionais (R\$ mil)</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>Var %</b>
<b>Custo Total</b>	<b>107.860</b>	<b>183.070</b>	<b>69,7</b>
<b>Custo do fornecimento de energia elétrica</b>	<b>102.788</b>	<b>169.656</b>	<b>65,1</b>
- Depreciação e amortização	56.092	58.951	5,1
- Encargos setoriais	10.287	10.221	-0,6
- Custo com compra de energia elétrica	12.422	88.384	611,5
- Seguro regulatório	3.389	3.613	6,6
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	20.588	8.487	-58,8
<b>Custo dos serviços prestados</b>	<b>5.072</b>	<b>13.414</b>	<b>164,5</b>
- Outros serviços	5.072	13.414	164,5

### **Depreciação e amortização**

A variação de 5,1% do custo com depreciação, na comparação entre os exercícios de 2017 e 2016, é decorrente da reavaliação da vida útil estimada dos ativos da Companhia. A cada emissão de demonstração financeira o grupo avalia se há indícios de mudanças da vida útil de seus ativos e, a cada três anos, é realizada uma revisão formal das estimativas, mesmo que não existam tais indicativos. Em setembro de 2017 a equipe técnica realizou mudança na estimativa de vida útil técnica dos ativos. Até então a vida útil contábil era considerada a definida pelo Manual de Ativos Fixos da ANEEL, limitado pelo período das concessões e/ou autorizações.

Na reavaliação efetuada em 2017 foram reconhecidos custos de desmobilização (usinas eólicas), além das alterações das estimativas de vida útil que segundo avaliação da equipe técnica serão depreciadas em período menor do que o estimado anteriormente.

### ***Encargos setoriais***

A redução de 0,6%% observada em 2017, na comparação com o ano de 2016, é decorrente da perda do desconto de TUST – Taxa de Uso do Sistema de Transmissão no 1T16, fruto da injeção de energia gerada superior ao limite contratado pelas usinas do Complexo Eólico da Bahia no 1T16. Esse efeito de redução compensou o aumento gerado pela atualização da tarifa incidente no tocante ao mesmo encargo.

### ***Custo com compra de energia elétrica***

O cenário brasileiro de geração hidrelétrica em 2017 exigiu atenção aos efeitos que afetam significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos em relação ao GSF, conforme mencionado no item “Receita Líquida de Fornecimento de Energia Elétrica – Efeito MCP.

Iniciativas como estratégia de sazonalização, análise de participação ao MRE, para as usinas elegíveis, e adesão à repactuação do risco hidrológico (MP 688) foram adotadas como medida de redução da exposição da Companhia aos riscos de GSF/MRE.

No ano de 2017, o valor gasto com compra de energia elétrica somou R\$ 88,4 milhões, comparado ao valor de R\$ 12,4 milhões em 2016. Este aumento dá-se em função dos fatores acima mencionados.

### ***Seguro regulatório***

Amortização do ativo regulatório decorrente da adesão a MP 688 a qual trata da repactuação do risco hidrológico. A variação no ano de 2017, na comparação com 2016, dá-se pela correção monetária dos valores amortizados.

### ***Outros custos de fornecimento de energia elétrica***

A redução observada em 2017 nesta rubrica, quando comparada a 2016, deve-se à descontinuação das atividades da subsidiária Enex O&M, que até então prestava serviços de Operação e Manutenção para as demais subsidiárias do grupo Statkraft no Brasil.

A partir de 2017, com a descontinuação das atividades da Enex O&M, as atividades de Operação e Manutenção passaram a ser desenvolvidas por funcionários da *holding*, bem como funcionários localizados nas próprias plantas da Statkraft no Brasil.

Como consequência destas ações, o custo anteriormente apresentado sob esta rubrica passou a ser classificado na rubrica abaixo (Outros serviços). Quando consideradas as duas rubricas observamos uma redução de 14,7% em 2017. Essa redução deve-se a alteração de prática contábil que, a partir deste ano, passa a apresentar os com a prestação de serviços para empresas do grupo econômico líquidos dos reembolsos obtidos através das práticas de compartilhamento de custos da Companhia, com efeito de R\$ 7,5 milhões. Este efeito foi parcialmente compensado por aumentos de custos decorrentes de adaptações realizadas no modelo de Operação e Manutenção da Statkraft no Brasil.

### ***Outros serviços***

O aumento observado na rubrica “Outros Serviços” é decorrente dos fatores descritos acima.

### **Despesas (receitas) gerais**

Em 2017 as despesas gerais somaram R\$ 102,5 milhões, representando redução de R\$ 12,4 milhões na comparação com 2016, equivalentes a 10,8%.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

<b>Despesas Gerais (R\$ mil)</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>Var %</b>
<b>Despesas Totais</b>	<b>114.971</b>	<b>102.542</b>	<b>-10,8</b>
- <b>Gerais e Administrativas totais</b>	<b>47.194</b>	<b>46.403</b>	<b>-1,7</b>
- Gerais e administrativas	36.034	33.186	-7,9
- Remuneração dos administradores	5.535	6.792	22,7
- Encargos setoriais	3.819	3.043	-20,3
- Com estudos em desenvolvimento	1.806	329	-81,8
- Perda em outros ativos	-	3.053	-
- <b>Outros resultados operacionais</b>	<b>67.777</b>	<b>56.139</b>	<b>-17,2</b>

### **Despesas gerais e administrativas**

Em 2017 as despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 33,2 milhões, representando redução de R\$ 2,8 milhões, equivalente a 7,9%, na comparação com 2016, quando atingiram R\$ 36,0 milhões. A redução deu-se, essencialmente, em função do menor nível de serviços recebidos da Controladora Norueguesa.

### **Remuneração dos administradores**

O aumento observado em 2017, quando comparado a 2016, deu-se pelo aumento no número de administradores da Companhia entre os períodos comparados. Em 2016 os diretores expatriados passaram a ser remunerados diretamente pela Companhia no mês de março, de modo que o primeiro bimestre de 2016 não apresenta esta despesa.

### **Despesas com estudos em desenvolvimento**

Em 2017 a Companhia não incorreu em gastos externos significativos com estudos para projetos em desenvolvimento, motivo pelo qual é demonstrada uma redução no nível de despesas sob esta rubrica.

### **Encargos setoriais**

Referente à taxa de uso dos recursos hídricos incidente sobre a UHE Monjolinho e sua variação, entre os períodos analisados, está em linha com a variação da geração de energia realizada, sendo a redução parcialmente compensada pelo aumento da TAR utilizada para cálculo do encargo (+9,5%).

### **Outros resultados operacionais**

A linha de Outros Resultados Operacionais somou R\$ 56,1 milhões em 2017, apresentando redução de R\$ 11,7 milhões em relação a 2016, quando somou R\$ 67,8 milhões.

Contribuíram para a redução (i) a menor perda por *impairment* sobre ativos operacionais (R\$ 31,4 milhões), (ii) menor perda em ativos financeiros e outros valores recuperáveis (R\$ 19,0 milhões). Por outro lado, a redução foi parcialmente compensada por (iii) condenação judicial relativa a ações da Companhia (efeito legado – R\$ 52,6 milhões) e (iv) reversão de provisões para contingências (R\$ 10 milhões).

### **Resultado financeiro**

Em 2017 o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 34,8 milhões, redução de R\$ 8,4 milhões, equivalente a 19,4%, na comparação com 2016, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 43,1 milhões.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

<b>Resultado Financeiro (R\$ mil)</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>Var %</b>
<b>Receitas financeiras</b>	<b>26.820</b>	<b>23.278</b>	<b>-13,2</b>
- Com aplicações financeiras (i)	23.745	19.769	-16,7
- Variação monetária ativa	51	646	1166,7
- Receita de atualização de contrato de energia (ii)	-	1.754	-
- Outras receitas financeiras	3.024	1.109	-63,4
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(69.949)</b>	<b>(58.050)</b>	<b>-17,0</b>
- Com financiamentos (iv)	(41.455)	(36.578)	-11,8
- Comissão de fiança e garantias	(528)	(325)	-38,4
- IOF, multa e juros sobre tributos (v)	(818)	(2.454)	200,0
- Variação monetária passiva (vi)	(52)	(229)	340,4
- Concessões a pagar e outras despesas	(11.255)	(5.986)	-46,8
- Juros sobre contrato de mútuo (vii)	-	(11.168)	-
- Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros (viii)	-	(2.101)	-
- Outras despesas financeiras (ix)	(15.841)	791	-105,0
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(43.129)</b>	<b>(34.772)</b>	<b>-19,4</b>

### **Receitas financeiras**

Em 2017 as receitas financeiras atingiram R\$ 23,3 milhões, apresentando redução de R\$ 3,5 milhões, equivalente a 13,2% na comparação com 2016, quando atingiram R\$ 26,8 milhões. Tal variação é decorrente principalmente (i) da redução do rendimento com aplicações financeiras, em função da redução dos indexadores das aplicações (CDI), parcialmente compensado pelo (ii) aumento na correção dos recebíveis referente à receita das eólicas da Bahia.

### **Despesas financeiras**

Em 2017 as despesas financeiras atingiram R\$ 58,0 milhões, apresentando redução de R\$ 11,9 milhões, equivalente a 17,0% na comparação com 2016, quando atingiram R\$ 69,9 milhões. Tal variação é decorrente: (iv) da redução da capitalização de juros por conta do menor endividamento; (v) aumento na despesas com juros e multas sobre tributos pagos; (vi) maior

atualização monetária passiva, (vii) juros incorridos em contrato de mútuo, (viii) provisão pra perda ao valor recuperável de ativos financeiros e (ix) reversão de multa e juros sobre passivos fiscais, em função da adesão ao REFIS.

### **Resultado de participações societárias**

Em 2017 o resultado de participações societárias representou de R\$ 11,7 milhões, em comparação a um ganho de R\$ 9,3 milhões apurado em 2016.

Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Resultado de participações societárias (R\$ mil)	2016	2017	Var %
- Equivalência patrimonial	7.714	(2.590)	-133,6
- Dividendos auferidos	1.561	14.305	816,4
<b>Resultado de participações</b>	<b>9.275</b>	<b>11.715</b>	<b>26,3</b>

### **Equivalência patrimonial**

O resultado da participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto é composto pelo resultado da subsidiária Passos Maia Energética S.A. (50%), que apresentou variação negativa devido à variação do resultado da subsidiária em 2017, quando comparado com 2016. Este resultado é decorrente dos efeitos do cenário hidrológico que levaram à necessidade de compra de energia no MRE.

### **Imposto de renda e contribuição social**

A Statkraft, assim como as suas controladas ENEX e Monjolinho optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2017 o imposto de renda e a contribuição social somaram saldo positivo de R\$ 9,3 milhões, compostos por IRPJ e CSLL no valor de R\$ (11,9) milhões e por IR e CS diferidos no valor de R\$ 21,2 milhões.

A variação positiva no IR e CS diferidos deve-se ao fato de que em 31 de março de 2017 as subsidiárias Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra Energética S.A. optaram pelo REFIS conforme Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.687 de 2017, para liquidação de contingências fiscais reconhecidas em 2016. Conforme regra estabelecida para participação deste programa as subsidiárias liquidaram R\$ 4,9 milhões das contingências fiscais com recursos próprios, e R\$ 19,6 milhões com crédito tributário advindo dos prejuízos fiscais de sua controladora – Statkraft Energias Renováveis S/A.



### **Operações descontinuadas**

Em 2017 as operações descontinuadas somaram prejuízo de R\$ 3,0 milhões, representando o resultado da subsidiária Enex.

O Grupo Statkraft realizou a cessão dos contratos da ENEX a terceiros, a fim de que as atividades de operação e manutenção passem a ser realizadas exclusivamente para as usinas deste Grupo Econômico. Desta forma, após firmado contrato de venda, o fechamento da operação se deu em duas etapas, sendo a primeira em 25 de janeiro e a segunda em 13 de fevereiro de 2017, datas nas quais a ENEX fez: (i) transferência de contratos de O&M firmados com terceiros; (ii) a transferência de empregados da Sociedade para a cessionária; e (iii) a venda dos bens e equipamentos alocados nas usinas para prestação de serviços a terceiros, passando a ENEX a não deter mais qualquer relação comercial com terceiros.

### **Participação de não controladores**

Em 2016 a participação de não controladores foi de R\$ (151) mil, representando a participação de não controladores na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A.

### **Lucro (prejuízo) líquido do período**

Em 2017 foi registrado resultado líquido de R\$ 8,4 milhões, enquanto que no ano de 2016 apuramos prejuízo de R\$ 15,4, em linha com os efeitos mencionados anteriormente, com destaque para os efeitos de contingências, além do impacto do risco hidrológico nas operações da Companhia.

Por entender que o resultado nos períodos apresentados foi impactado substancialmente por efeitos contábeis não recorrentes, que não fazem parte das atividades de operação da Statkraft Energias Renováveis, a Companhia divulga o **Lucro (Prejuízo) Líquido Gerencial**, que exclui os efeitos não recorrentes apurados no resultado da Companhia e que não possuem relação com suas operações. Em 2017 o lucro gerencial apurado foi de R\$ 56,5 milhões, apresentando variação negativa em relação ao ano de 2016 em função do risco hidrológico e os efeitos decorrentes do Mercado de Curto Prazo (MCP).

<b>Conciliação Lucro Líquido IFRS x Lucro Líquido gerencial</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Lucro (prejuízo) líquido – IFRS	(15.544)	8.401
<b>(+) Efeitos não recorrentes</b>	<b>92.508</b>	<b>48.074</b>
<i>Impairment</i> controladas	44.103	12.754
Contingências fiscais	33.600	-
Ajuste ao valor justo propriedades para investimentos	7.933	-
Condenação judicial (BBE)	-	38.600
Juros sobre contrato de mútuo	-	11.168
Provisão perda ativos financeiros	6.872	5.152
Utilização de prejuízos fiscais (REFIS)	-	(19.600)
<b>Lucro (prejuízo) líquido - Gerencial</b>	<b>76.964</b>	<b>56.475</b>



### **EBITDA e margem EBITDA – conforme Instrução CVM 527**

O EBITDA alcançou R\$ 109,2 milhões em 2017, apresentando uma redução de 38,6% em relação ao ano de 2016, quando alcançou R\$ 177,9 milhões, em função dos efeitos apresentados anteriormente. A margem EBITDA apresentou redução de 29,5 p.p. na comparação entre os períodos, passando de 64,6% para 35,1% da receita operacional líquida em 2017 e 2016.

<b>EBITDA (R\$ mil)</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>Var %</b>
Lucro (prejuízo) líquido do período	(15.544)	8.401	154,0
(+) Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	31.968	(9.289)	-129,1
(+) Despesas financeiras líquidas	43.129	34.772	-19,4
(+) Depreciação, amortização e <i>impairments</i>	116.279	72.332	-37,8
(+) Operação descontinuada	2.055	3.027	47,3
<b>EBITDA – ICVM nº 527</b>	<b>177.887</b>	<b>109.243</b>	<b>-38,6</b>
(+) Efeitos não recorrentes	4.700	43.752	-
<b>EBITDA – Ajustado</b>	<b>182.587</b>	<b>152.995</b>	<b>-16,2</b>
Receita Líquida	275.164	310.808	12,9
<b>Margem EBITDA</b>	<b>64,6%</b>	<b>35,1%</b>	<b>-29,5 p.p.</b>
<b>Margem EBITDA Ajustada</b>	<b>66,3%</b>	<b>49,2%</b>	<b>-17,1 p.p.</b>

A Administração da Companhia entende que o acompanhamento do EBITDA e da margem EBITDA, é uma das métricas adequadas para análise do desempenho da Companhia, pois, ao excluir despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação.

---

## 10.2 Os diretores devem comentar:

### a) Resultados das operações do emissor, em especial:

#### i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita é composta preponderantemente pela venda da energia elétrica gerada por meio de nossos empreendimentos em operação. A previsibilidade da receita é assegurada por meio dos contratos de longo prazo firmados em ambiente regulado, protegendo nossos resultados das oscilações do mercado de curto prazo.

#### ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

- **Efeito risco hidrológico e mercado de curto prazo**

O cenário brasileiro de geração hidrelétrica em 2017 exigiu atenção aos efeitos que afetam significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos em relação ao GSF. O ano de 2018, da mesma forma, exigiu da Companhia iniciativas para mitigar o efeito hidrológico.

Iniciativas como estratégia de sazonalização, análise de participação ao MRE, para as usinas elegíveis, e adesão à repactuação do risco hidrológico (MP 688) foram adotadas como medida de redução da exposição da Companhia aos riscos de GSF/MRE.

Em 2018 o valor gasto com compra de energia elétrica somou R\$ 49,0 milhões, comparado ao valor de R\$ 88,4 milhões em 2017. Quando observamos o custo com a compra de energia do Mercado de Curto Prazo, líquido das receitas advindas do Mercado de Curto Prazo, o resultado de 2018 representou um custo líquido de R\$ 5,5 milhões, redução de R\$ 39,4 milhões na comparação com o ano de 2017, quando o custo líquido foi de R\$ 44,8 milhões.

Tais variações são decorrentes das alterações no cenário hidrológico e as ações acima descritas.

#### **b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Nossa receita decorre preponderantemente da venda de energia negociada por meio de CCVE no ACR. Tais contratos são corrigidos pelo IPCA ou pelo IGP-M. Eventual variação nestes índices podem em tese afetar nossas receitas.

Até o presente momento não identificamos nenhuma variação relevante em nossas receitas que possam ser atribuídas a variações de preço ou inflação. Ainda, não introduzimos nenhum novo produto ou serviço e nem tampouco estamos expostos a variações nas taxas de câmbio.

---

**c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

No caso de nossos Empreendimentos em Operação, o aumento da inflação acarreta em um aumento nas receitas derivado da correção de nossos CCVEs e, ao mesmo tempo, um aumento de nossos custos derivado da correção do preço a eles atribuído.

Nosso endividamento bancário está atrelado à TJLP, no caso dos empreendimentos com financiamento junto ao BNDES ou taxa fixa, no caso dos empreendimentos com financiamento junto ao BNB.

**10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não possuímos segmento operacional distinto daqueles que operamos atualmente, sendo Geração de Energia, através de fontes eólicas e hídricas, bem como prestação de serviços de Operação e Manutenção.

**b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

- **Tamar Pequenas Centrais Hidrelétricas S.A. e Santa Fé Energia S.A.** - Em 25 de outubro a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações com a EDP - Energias do Brasil S.A. para adquirir um cluster de oito usinas hidrelétricas operacionais no estado do Espírito Santo, no Brasil. Pelo acordo celebrado, a Statkraft adquirirá 100% das ações detidas pela EDP – Energias do Brasil S.A. na EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A., composta por sete usinas hidrelétricas, e na Santa Fé Energia S.A., totalizando 131,9 MW de capacidade instalada e 68,8 MW médios de garantia física, com prazo final de concessão entre 2025 e 2031, que correspondem à integralidade do capital social das companhias.

A transação está alinhada com a estratégia da Statkraft de desenvolver portfólios flexíveis de geração com aquisições seletivas em mercados priorizados. No Brasil, a ambição é crescer adquirindo e melhorando ativos em operação ou desenvolvendo nova capacidade de geração em energia hidrelétrica, eólica e solar.

Em 21 de dezembro de 2018 foi implementado o fechamento da operação referenciada no contrato de compra e venda de ações e outras avenças, resultando, portanto, na aquisição direta das ações referenciadas no parágrafo acima. O valor da aquisição acordado da Tamar Pequenas Centrais Hidrelétricas (anteriormente denominada EDP PCH) e Santa Fé Energia S.A. foi de R\$ 601 milhões, que foi composto de (i) R\$ 704 milhões, (ii) ajuste redutor do preço no montante de R\$ 89 milhões referente a dívida líquida e (iii) ajuste redutor de preço de R\$ 14 milhões, referente a ajuste de capital de giro.

Destaca-se que no exercício findo de 31 de dezembro de 2018, o lucro líquido consolidado da Companhia não foi impactado pelos resultados das empresas adquiridas. A Companhia avaliou

o resultado compreendido pelo período de 21 a 31 de dezembro de 2018 e não forma identificados impactos relevantes.

#### **10.4 Os diretores devem comentar:**

##### **a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações financeiras publicadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não apresentam alterações significativas nas práticas contábeis.

##### **b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

As demonstrações financeiras publicadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não apresentando alterações significativas nas práticas contábeis.

##### **c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o relatório dos auditores independentes possui parágrafo de ênfase que chama atenção para a Nota 30 às demonstrações financeiras, que descreve que: (i) em 2015, o Grupo Statkraft adquiriu o controle da Companhia e de suas controladas de outra empresa brasileira, que, por sua vez, foi citada em determinados processos investigativos conduzidos pelas autoridades federais e, nesse contexto, como parte do processo de integração, iniciou uma investigação interna relacionada à Companhia, cujo resultado foi disponibilizado às autoridades responsáveis durante o exercício de 2016, e que não enseja, no momento, o reconhecimento de qualquer passivo em suas demonstrações financeiras; e (ii) a Companhia, entre outras pessoas físicas e jurídicas relacionadas aos fundos de participação detidos pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF e outros fundos de pensão, foi arrolada como parte em uma ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF – ANIPA, cujo objetivo é reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por alegada má administração dos recursos pela FUNCEF, o que, atualmente, vem sendo classificado com avaliação de risco possível. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o relatório dos auditores independentes possui parágrafo de ênfase que chama a atenção para a Nota 1.1 às demonstrações financeiras, que descreve que: (i) em 2015, o Grupo Statkraft adquiriu o controle da Companhia e suas controladas de outra empresa brasileira, a qual, por sua vez, é citada em determinados processos investigativos conduzidos pelas autoridades federais e, nesse contexto, como parte do processo de integração, iniciou uma investigação interna relacionada à Companhia, cujo resultado foi disponibilizado às autoridades responsáveis durante o exercício de 2016; (ii) com relação ao Procedimento de Investigação Criminal (“Operação Greenfield – caso FIP CEVIX”), conduzido pelo Ministério Público Federal e Polícia Federal em Brasília/DF, foi reconhecida, em 2017, a inexistência de qualquer relação dos fatos investigados com a Companhia, sobre a qual não existe nenhum processo, restrição ou medida desfavorável até o presente momento; e (ii) a Companhia, dentre outras pessoas físicas e jurídicas relacionadas a fundos de participação detidos pela FUNCEF e outros fundos de pensão, foi arrolada como parte em uma ação civil pública ajuizada pela Associação Independente dos Participantes da FUNCEF – ANIPA. Conforme mencionado na nota explicativa nº 29, o objetivo dessa ação é reconhecer supostos

prejuízos causados aos participantes da citada Associação por alegada má administração dos recursos pela FUNCEF e, atualmente, vem sendo classificada com avaliação de risco possível. Em relação aos assuntos mencionados, neste momento, não é possível estimar potenciais efeitos financeiros negativos para a Companhia. As demonstrações financeiras não incluem nenhuma provisão relacionada aos possíveis desdobramentos decorrentes desses assuntos. A opinião da auditoria não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o parecer dos auditores independentes possui parágrafo de ênfase que chama a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve: (i) que o Grupo Statkraft adquiriu o controle da Companhia e que, como parte do processo de integração, o Grupo Statkraft iniciou uma investigação interna de determinados contratos firmados pela administração anterior; e (ii) a Companhia foi notificada no âmbito do Procedimento de Investigação Criminal por parte do Ministério Público Federal, que investiga crimes potenciais cometidos por indivíduos em relação às operações realizadas pelos quatro principais fundos de pensão do Brasil. Além disso, uma Ação de Classe foi protocolada pela Associação Independente dos Participantes da FUNCEF (ANIPA) contra o fundo de pensão, pessoas físicas e empresas, incluindo a Companhia, com base no mesmo escopo investigado no âmbito do caso FIP CEVIX. Nesta fase não é possível prever se o resultado dos casos poderá ter potenciais efeitos negativos para a Companhia. A administração está presentemente avaliando os resultados e/ou ações a tomar relacionadas às investigações e notificações. As demonstrações financeiras não incluem qualquer provisão em virtude dos possíveis desdobramentos desses assuntos. A opinião da auditoria não está ressalvada em virtude desses assuntos.

**10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, as estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:**

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

### **Vida útil do ativo imobilizado**

Com base em estudos técnicos, o Grupo reconhece a despesa de depreciação com base na vida útil técnica estimada para cada grupo de ativos imobilizados. Anualmente o grupo avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil. Até a data da emissão destas demonstrações o Grupo não identificou evidências de mudanças da vida útil dos ativos imobilizados à última avaliação técnica efetuada em setembro de 2017.

### **Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração**

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. O Grupo realiza a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável. O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas “Imobilizado”, “Intangível” e “Propriedades para investimento”. O Grupo não encontrou indicativos de perda de recuperabilidade nos ativos para o exercício de 2018.

### **Custos de desmobilização dos parques eólicos**

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

### **Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas**

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.



---

## **Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais**

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos com base na expectativa de lucro futuro das companhias que tais prejuízos. As expectativas são realizadas pela administração, e os tributos diferidos desta natureza recuperáveis em até 10 anos são reconhecidos.

## **Alocação de preço de compra advindo de combinações de negócios**

Em uma transação de combinação de negócios é requerido que os ativos e passivos dos negócios adquiridos sejam registrados pelo seu valor justo. Para alguns ativos e passivos é necessário fazer o uso de técnicas de mensuração que envolvem o uso de julgamento e estimativas. As técnicas utilizadas e ajustes a a valor justo são apresentados em nota explicativa específica quando uma combinação de negócios é realizada.

## **Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados.

O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

## **Reconhecimento de receitas**

### ***a- Venda de energia elétrica***

Estas receitas são reconhecidas quando o controle do bem é transferido para o comprador, que para este caso se refere a disponibilização da energia elétrica gerada no SIN - sistema integrado nacional. Para aquelas usinas hídricas que fazem parte do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia – a receita é reconhecida conforme sua garantia física mensal alocada, independente da disponibilização de energia elétrica gerada no SIN. Contudo, caso os participantes do MRE não entreguem o volume de energia elétrica necessária para manutenção da garantia física de cada usina, há a aplicação do GSF (*Generation Scalling Factor*), que reduz a garantia física das usinas, e por consequência suas receitas.

### ***b-Venda da prestação de serviços de O&M – Operação e Manutenção***

São reconhecidas quando ocorre a entrega da prestação de serviços de O&M verificando se os benefícios econômicos derivados desta operação fluirão para entidade. A mensuração ocorre tanto pelo método linear quanto por medição de estágio de execução, à depender da natureza de cada serviço prestado.



---

**10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*):**

Não possuímos conhecimento de nenhum ativo ou passivo material que não esteja evidenciado em nossas demonstrações financeiras.

**b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:**

A Statkraft Energias Renováveis S.A adquiriu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, 100% da participação das empresas Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. (anteriormente denominada EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A.) e Santa Fé Energia S.A. O principal objetivo da Companhia com a aquisição desses negócios está alinhado com a estratégia da Statkraft de desenvolver portfólios flexíveis de geração com aquisições seletivas em mercados priorizados e ampliar sua representatividade no setor de geração de energia no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2018, os trabalhos de especialistas avaliadores contratados para determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na aquisição, incluindo-se a alocação do preço de compra e apuração do ágio, de acordo com as CPC 15 (R1)- Combinações de negócios (IFRS 3), não haviam sido concluídos.

A Companhia tem até um ano (período de mensuração) para ajustar os valores provisórios reconhecidos inicialmente, na data de aquisição, de forma retrospectiva à medida que se obtenha informações necessárias para mensurar o valor justo dos ativos e passivos, conforme previsto no CPC 15 (R1) e IFRS 3 combinações de negócios.

Seguindo a literatura do item 45 do CPC 15/ IFRS 3, a Companhia divulga de forma provisória, os valores apurados até o momento com base em suas melhores estimativas, referente a combinação de negócio para a aquisição das Companhias Tamar PCH e Santa Fé. A Companhia está dentro do período de mensuração estipulado pelo CPC 15/ IFRS 3 e caso sejam identificados ajustes, estes serão realizados de forma retrospectiva e seus efeitos serão devidamente divulgados.

**10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:**

**a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**

Todos os itens requeridos pelas normas foram evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

**b) Natureza e propósito da operação.**

---

Todos os itens requeridos pelas normas foram evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

**c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Todos os itens requeridos pelas normas foram evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

**10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia:**

**a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)**

Nossos investimentos estão concentrados nas áreas de prospecção, desenvolvimento e implantação de empreendimentos de geração por fontes renováveis de energia elétrica.

▪ **Desenvolvimento**

Na área de desenvolvimento os recursos financeiros são destinados basicamente à elaboração de estudos de inventário, estudos de viabilidade e projetos básicos. Tais estudos e projetos incluem, dentre outros, levantamentos topográficos, estudos geológico-geotécnicos, estudos hidrológicos, medições de ventos, pesquisa de materiais de construção, estudos de conexão, etc. Ainda, alocamos nossos recursos na elaboração de EIA/RIMA, levantamentos fundiários, cadastro sócio-econômico e, no caso das PCHs e UEEs, compra de terras para implantação dos empreendimentos.

▪ **Implantação**

Durante o ano de 2018 a Companhia não realizou a implantação de nenhum empreendimento.

Os recursos necessários para a construção de nossos Empreendimentos serão oriundos principalmente (i) do aporte de capital de nossos acionistas controladores e (ii) de captação de recursos junto à bancos através de financiamentos de longo prazo. Ainda, utilizaremos parcela dos dividendos de nossos Empreendimentos em Operação para este fim.

**b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Conforme evidenciado no item 10.6, no ano de 2018 a Companhia realizou aquisição de ativos hidrelétricos em operação.

**c) novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)**

---

Não fazemos diferenciação entre pesquisas em andamento e desenvolvimento de projetos. Dessa maneira as informações referentes ao item c.i. do Anexo 24 da Instrução CVM 480 serão apresentadas em conjunto com o item c.iii. Da mesma forma, as informações referentes ao item c.ii. serão apresentadas em conjunto com o item c.iv.

c.i. e c.iii.

Nossas atividades envolvem também o constante desenvolvimento de novos projetos. Em 31 de dezembro de 2017 nosso Portfólio de Projetos era composto por 05 Projetos Prioritários em Desenvolvimento (522,3 MW próprios) e 20 Projetos em Desenvolvimento (452,7 MW próprios), totalizando 1.539,3 MW, sendo 1.005 MW próprios. Nos projetos que desenvolvemos, por vezes investimos juntamente com sócios tradicionais do setor elétrico, o que nos permite partilhar os riscos de determinados empreendimentos com parceiros altamente qualificados.

Mais detalhadamente, incluímos na categoria dos Projetos Prioritários em Desenvolvimento aqueles projetos de nosso portfólio que se encontram, no nosso entendimento, em estado mais avançado de desenvolvimento, com possibilidade de iniciarem a construção num horizonte entre 1 e 2 anos.

Os demais 20 projetos de nosso Portfólio de Projetos que não se encontram entre os Projetos Prioritários em Desenvolvimento são agrupados na categoria Projetos em Desenvolvimento, completando o total de 25 projetos de nosso Portfólio de Projetos. Para efeitos deste Formulário de Referência, um Projeto em Desenvolvimento é aquele que reúne ao menos uma das três características a seguir: (i) projeto básico protocolado na ANEEL ou em fase final de conclusão; (ii) ao menos uma das licenças ambientais emitidas; e (iii) terras adquiridas.

Para o desenvolvimento e manutenção da nossa carteira de projetos, nossos recursos financeiros são destinados basicamente à elaboração de estudos de inventário, estudos de viabilidade e projetos básicos. Tais estudos e projetos incluem, dentre outros, levantamentos topográficos, estudos geológico-geotécnicos, estudos hidrológicos, medições de ventos, pesquisa de materiais de construção, estudos de conexão, etc. Ainda, alocamos nossos recursos na elaboração de EIA/RIMA, levantamentos fundiários, cadastro sócio-econômico e, no caso das PCHs e UEEs, compra de terras para implantação dos empreendimentos. O item 9.1 (a) deste Formulário de Referência contém maiores detalhes acerca de nossa política de aquisição de terras para nossos empreendimentos.

c.ii e c.iv.

Até 31 de dezembro de 2017, investimos cerca de R\$ 110.000 mil nas atividades de prospecção e desenvolvimento de novos projetos.

#### **10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

- ANEXO II -

**INFORMAÇÕES INCLUÍDAS NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, REFERENTE À REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME ARTIGO 12 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009 E INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009.**

**13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

**a) objetivos da política ou prática de remuneração, c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração e g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.**

▪ **Conselho de Administração:**

Nossa política de remuneração no que se refere aos membros do conselho de administração está em linha com as práticas de mercado, permitindo-nos contratar e reter profissionais qualificados para ocupar estes postos. A remuneração de nossos conselheiros é composta unicamente por uma parcela mensal fixa e foi estabelecida dentro dos padrões de mercado.

Nosso Conselho de Administração é composto por cinco membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais, para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, período estimado entre as deliberações de remuneração da Assembleia de Acionistas e inclui a contribuição patronal à previdência social.

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nosso Conselho de Administração. Ainda, não adotamos qualquer benefício ou remuneração que esteja vinculada à ocorrência de determinados eventos societários.

Em caso de convocação de membro titular para participação na reunião do Conselho de Administração da Companhia, estando este impossibilitado de comparecer e em não abdicando formalmente de sua remuneração, esta será paga na proporção de 2/3 para o membro suplente e 1/3 para o membro titular, exclusivamente em relação à remuneração do mês que tenha ocorrido a(s) respectiva(s) reunião(ões).

▪ **Diretoria Estatutária:**

Nossa política de remuneração no que se refere aos nossos administradores está em linha com as práticas de mercado, permitindo-nos contratar e reter profissionais experientes e qualificados para ocupar estes postos. A remuneração de nossos administradores é somente *pro-labore*.

A Diretoria Estatutária da companhia é composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e demais diretores sem denominação específica. Recebe treze remunerações anuais para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, incluída a contribuição patronal à previdência social. Em 31 de dezembro de 2018 a Diretoria Estatutária da companhia

era composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e Relações com Investidores e 05 diretores.

Ao final de 2018 a Companhia adotava política de remuneração variável de acordo com os padrões do Grupo Statkraft, tendo esta sido validada pelo Comitê de RH e Conselho de Administração. A política aplicável à diretoria não se diferencia daquela aplicada aos demais empregados da Companhia.

▪ **Conselho Fiscal:**

Nosso Conselho Fiscal é composto por três membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais, para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, período estimado entre as deliberações de remuneração da Assembleia de Acionistas e inclui a contribuição patronal à previdência social.

▪ **Comitês**

Os membros de nossos Comitês não são remunerados.

**b) composição da remuneração**

i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

▪ **Salário dos administradores e honorários dos membros do Conselho de Administração:**

A remuneração mensal de nossos administradores e conselheiros tem como objetivo garantir o comprometimento com o trabalho e a satisfação com a remuneração, aliando os objetivos de cada profissional com a constante busca pelos nossos resultados.

ii) Proporção de cada elemento na remuneração total:

	<b>Pró-Labore/Honorários</b>	<b>Benefícios</b>	<b>Total</b>
Conselho de Administração	100%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	100%
Diretoria executiva	100%	0%	100%

iii) Metodologia de cálculo e de reajuste dos elementos da remuneração:

O reajuste da remuneração da diretoria executiva e do conselho de administração é definido em Assembleia Geral.

iv) Razões que justificam a composição da remuneração:

Remunerar nossos profissionais de acordo com as responsabilidades assumidas, garantindo um pacote de remuneração atrativo e que nos permita reter e atrair profissionais qualificados para assumir nossas posições de comando.

v) Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:

Conforme disposto no Acordo de Acionistas da Companhia, os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal indicados pela controladora Statkraft não são remunerados.

**d) estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

Não adotamos atualmente uma política de remuneração que reflita determinados indicadores de desempenho.

**e) relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia**

Buscamos, por meio de nossa política de salários, atrair e reter profissionais qualificados, de forma a manter em nosso quadro de colaboradores profissionais comprometidos com nossa estratégia de crescimento e o nosso plano de negócios.

**f) Remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não possuímos atualmente membros da diretoria ou do conselho que recebam remuneração suportada por empresas subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos.

**13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

2018 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	5,0	7,0	3,00	14,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	313.581,04	4.023.590,80	64.611,84	4.401.783,68
- Benefícios diretos e indiretos	-	761.975,97	-	761.975,97
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	62.716,21	1.029.537,83	12.922,37	1.105.176,41
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	580.141,44	-	580.141,44
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
<b>Total da remuneração</b>	<b>376.297,25</b>	<b>6.395.246,04</b>	<b>77.534,21</b>	<b>6.849.077,50</b>

2018 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
------------	---------------------------	---------------------	-----------------	-------

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente  
 (2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

2017 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	4,58	6,42	3,00	14,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	226.980,16	3.667.430,93	79.219,53	3.973.630,62
- Benefícios diretos e indiretos	-	1.270.988,94	-	1.270.988,94
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	45.395,14	1.175.896,81	15.843,87	1.237.135,82
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	549.896,62	-	549.896,62
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
<b>Total da remuneração</b>	<b>272.375,30</b>	<b>6.664.213,30</b>	<b>95.063,40</b>	<b>7.031.652,00</b>

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente  
 (2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

2016 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	4,75	5,25	3,00	13,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	290.421,95	3.363.931,11	81.992,71	3.736.345,77
- Benefícios diretos e indiretos	-	1.676.436,95	-	1.676.436,95
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	58.084,39	1.008.073,61	16.398,54	1.082.556,54
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	172.264,01	-	172.264,01



2016 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	349.061,70	-	349.061,70
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
<b>Total da remuneração</b>	<b>348.506,34</b>	<b>6.569.767,38</b>	<b>98.391,25</b>	<b>7.016.664,97</b>

- (1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente  
(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

### 13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nossa administração. Excepcionalmente, nos anos de 2016 a 2018, distribuimos aos nossos diretores um bônus, nos valores demonstrados abaixo, como forma de reconhecimento pela boa condução dos negócios sociais.

2018 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	2,00	7,00	1,00	10,00
Bônus	-	580.141,44	-	580.141,44
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	-	580.141,44	-	580.141,44
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

2017 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	4,58	6,42	3,00	14,00
Bônus	-	549.896,62	-	549.896,62
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	-	549.896,62	-	549.896,62
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

2016 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	4,75	5,25	3,00	13,00
Bônus	-	172.264,01	-	172.264,01
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	-	172.264,01	-	172.264,01
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

**13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em Ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:**

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações. Por esta razão, todos os itens da tabela receberam a indicação N/A (Não Aplicável).

**13.5. Em relação à remuneração baseadas em ações reconhecida no resultado dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:**

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações. Por esta razão, todos os itens da tabela receberam a indicação N/A (Não Aplicável).

**13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:**

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

**13.7. Em relação às opções exercidas e Ações entregues relativas à remuneração baseada em Ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

**13.8. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 (inclusive método de precificação do valor das Ações e das opções):**

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

**13.9. Ações ou quotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em Ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:**

A Companhia não detém quotas diretas ou indiretas emitidas pela Companhia.

**13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:**

	<b>Diretoria Estatutária</b>
	<b>31/12/2018</b>
Nº de membros	7
Nº de membros remunerados	7
Nome do plano	BRADESCO PREVIDENCIA
Quantidade de administradores que reúnem condições de se aposentar	-
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	243.521,49
Valor total acumulado das contribuições durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas pelos administradores	243.521,49

	<b>Diretoria Estatutária</b>
	<b>31/12/2017</b>
Nº de membros	6
Nº de membros remunerados	6
Nome do plano	BRADESCO PREVIDENCIA
Quantidade de administradores que reúnem condições de se aposentar	-
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	95.502,41
Valor total acumulado das contribuições durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas pelos administradores	95.502,41

	<b>Diretoria Estatutária</b>
	<b>31/12/2016</b>
Nº de membros	2
Nº de membros remunerados	2

Nome do plano	BRADESCO PREVIDENCIA
Quantidade de administradores que reúnem condições de se aposentar	-
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	24.151,29
Valor total acumulado das contribuições durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas pelos administradores	34.978,58

O benefício de plano de previdência dá-se apenas aos membros de da Diretoria Estatutária, não sendo aplicado aos membros do Conselho Fiscal e Administração.

**13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, diretoria estatutária, e ao conselho fiscal:**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de membros	7	6,42	5,25	X	4,58	4,75	X	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	7	6,42	5,25	2	2	2	1	1	1
Valor da maior remuneração individual	939.518,55	779.467,57	886.041,06	156.790,52	114.484,11	141.744,4	37.380,40	56.017,25	44.701,44
Valor da menor remuneração individual	565.212,14	494.880,00	494.666,64	156.790,52	36.646,65	0,00	26.731,44	23.202,28	44.701,44
Valor médio da remuneração	701.800,12	622.020,46	690.353,85	156.790,52	75.660,05	141.744,4	32.055,92	39.609,77	44.701,44

**Observações:**

Diretoria Estatutária	
<b>31/12/2018</b>	Valor da maior e menor remuneração: considera a exclusão de Diretor que não exerceu o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2018.  Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2018. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 6,0.
<b>31/12/2017</b>	Valor da maior e menor remuneração: considera a exclusão de Diretor que não exerceu o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2017.  Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2017. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 4,0.
<b>31/12/2016</b>	Valor da maior e menor remuneração: considera a exclusão de Diretor que não exerceu o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2016.  Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2015. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2,0.

Conselho de Administração	
<b>31/12/2018</b>	Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano.  Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2018.
<b>31/12/2017</b>	Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano. Apenas 2 membros não renunciaram da sua remuneração.

	Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2017.
<b>31/12/2016</b>	Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano. Apenas 2 membros não renunciaram da sua remuneração.  Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 1, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2016.

<b>Conselho Fiscal</b>	
<b>31/12/2018</b>	Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano.  Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 1, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2018.
<b>31/12/2017</b>	Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano.  Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 1, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2017.
<b>31/12/2016</b>	Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração.  Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 1, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2016.

**13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):**

Não possuímos arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

**13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:**

Órgão	dez/18	dez/17	dez/16
Diretoria Estatutária	0	0	0
Conselho de Administração	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0

**13.14. Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:**

Órgão	dez/18	dez/17	dez/16
Diretoria Estatutária	0	0	0
Conselho de Administração	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:**

Não possuímos valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, como remuneração de membros do conselho de administração, do conselho fiscal e da diretoria estatutária.

**13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:**

Para o período compreendido entre 1 de maio de 2019 até 30 de abril de 2020, prazo estimado entre as AGOs, o montante global da remuneração dos administradores, compreendendo o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários (excluído Programa de Bônus), é de R\$ 6.903.500,47, com base no ajuste máximo de 5%. Os valores totais incluem as contribuições propostas para o INSS pago pelo empregador e reconhecidas no resultado, pagamento do 13º salário em dezembro.

Maio 2019 a abril 2020 Previsto (3) (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	2	7	1	9,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	333.421,20	4.518.401,98	64.739,04	4.916.562,22
- Benefícios diretos e indiretos	-	789.879,17	-	789.879,17
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	66.684,24	1.117.427,03	12.947,81	1.197.059,08
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	-	-	-
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
<b>Total da remuneração</b>	<b>400.105,44</b>	<b>6.425.708,18</b>	<b>77.686,85</b>	<b>6.903.500,47</b>

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

(3) Os valores previstos para o período foram estimados com base nas informações atualmente disponíveis, estando sujeitos a alterações.



- ANEXO III -

**INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO INCLUÍDAS NOS ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009.**

**CANDIDATOS INDICADOS PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES**

**12.5 Administradores e membros do conselho fiscal:**

**12.5.3 Membros do Conselho Fiscal**

A Assembleia deliberou pela eleição ou recondução dos Membros do Conselho Fiscal.

a) Nome	b) Data de Nascimento	c) Profissão	d) CPF / Passaporte	e) Cargo	f) Data possível de eleição	g) Data possível da posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros cargos exercidos	j) Eleito pelo Controlador	l) nº de mandatos consecutivos
Emanuela Roggia	17/10/1983	Bacharel em Administração	003.457.880-36	Conselheiro efetivo	10.04.18	10.04.18	Até a AGO de aprovação das contas de 2019	Nenhum	Sim	3
Marcos Bett Pagani	07/10/1987	Tecnólogo em Sistemas de Energia	065.558.009-33	Conselheiro efetivo	10.04.18	10.04.18	Até a AGO de aprovação das contas de 2019	Nenhum	Sim	3
Paulo Andres Villacorta Guimaro Siqueira	17/12/1983	Economista	730.697.791-15	Conselheiro efetivo	10.04.18	10.04.18	Até a AGO de aprovação das contas de 2019	Nenhum	Não	2
Paula Beatriz Cerqueira Leite	09/12/1982	Engenheira Eletricista	098.619.927-31	Conselheira suplente	10.04.18	10.04.18	Até a AGO de aprovação das contas de 2019	Nenhum	Sim	4

**a) Currículos dos membros do conselho fiscal:**

**EMANUELA ROGGIA**, graduada em Administração e em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal de Santa Maria. Ingressou no grupo Statkraft em Outubro de 2016 ocupando o cargo de Analista Sênior de Risco. Anteriormente a Sra. Emanuela atuou como Analista de Crédito no Reino Unido pelo período de Outubro de 2015 a Outubro de 2016, prestando serviços a empresas de energia e gás. De 2013 a 2015 atuou como

Analista de Riscos nas empresas AES Tietê e Analista de Risco Sênior na Noble Comercializadora.

**MARCOS BETT PAGANI**, é Tecnólogo pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) em 2012. O Sr. Marcos iniciou sua carreira no grupo Statkraft em 2015, ocupando o cargo de Coordenador de Back Office no Brasil. Antes de ingressar no grupo Statkraft o Sr. Marcos ocupou a posição de Analista de Regulação e Mercado na Desenvix Energias Renováveis S.A. desde 2013, cargo que ocupou até junho de 2015.

**PAULO ANDRES VILLACORTA GUIMARO SIQUEIRA**, possui experiência de 10 anos com análise e gestão de carteiras de crédito privado, tendo exercido cargo de Coordenador de Risco e Financiamento de Projetos no Banco Santander. Com MBA em finanças no Ibmec, possui graduação em Ciência Econômicas na Universidade de Brasília. Atualmente atua na área de Governança Corporativa da FUNCEF (R\$ 12 bilhões). Formado em Ciências Contábeis, com especialização em Análise e Auditoria Contábil e MBA em Padrões Internacionais de Auditoria Interna. Foi empregado da CAIXA por 29 anos, no período de 28/05/1984 a 30/06/2013, dos quais 19 na Auditoria Regional de Goiânia/GO, nos cargos de Auditor Junior, Pleno, Sênior e Gerente Eventual da AUDIR/GO; e Instrutor Interino da CAIXA por 14 anos. Cursando a terceira e última fase do Exame CIA – Certificação Internacional Auditor e o CPA-20 – Certificação Profissional da ANBIMA.

**PAULA BEATRIZ CERQUEIRA LEITE**, É graduada em Engenharia Elétrica, com ênfase em sistemas de apoio a decisão, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2006 e mestrado em Engenharia Elétrica, Processamento de Sinais e Controles, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2008. O Sra. Paula iniciou sua carreira na Statkraft em abril de 2014 ocupando o cargo de Analista Sênior de Risco. Antes de ingressar no grupo Statkraft a Sra. Paula atuou como Analista Sênior de Risco, função que exerceu de março de 2012 até a março de 2014. Na Companhia, atua como membro suplente do Conselho Fiscal.

**b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do conselho fiscal:**

Nossos Conselheiros e Diretores não sofreram qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-os ou inabilitando-os para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

**12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:**

**12.6.1 Membros do Conselho de Administração**

a) Nome	b) % de participação
Austin Laine Powell	100%
Kjersti Ronningen	91%
Simen Braein	100%
Antonio Augusto de Miranda e Souza	73%
Delvio Joaquim Lopes de Brito	73%

### 12.6.2 Membros do Conselho Fiscal

A Assembleia deliberou pela eleição ou recondução dos Membros do Conselho Fiscal.

a) Nome	b) % de participação
Emanuela Roggia	100%
Marcos Bett Pagani	100%
Paulo Andres Siqueira	100%

**12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

Os comitês instalados pela Companhia não participam do processo decisório dos órgãos de administração ou de gestão do emissor.

**12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:**

Os comitês instalados pela Companhia não participam do processo decisório dos órgãos de administração ou de gestão do emissor.

**12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

**a) Administradores do emissor**

Não aplicável.

**b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**

Não aplicável.

---

**c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**

Não aplicável.

**d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Não aplicável.

**12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controles mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

**a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor**

Não aplicável.

**b) Controlador direto ou indireto do emissor**

Não aplicável.

**c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não aplicável.